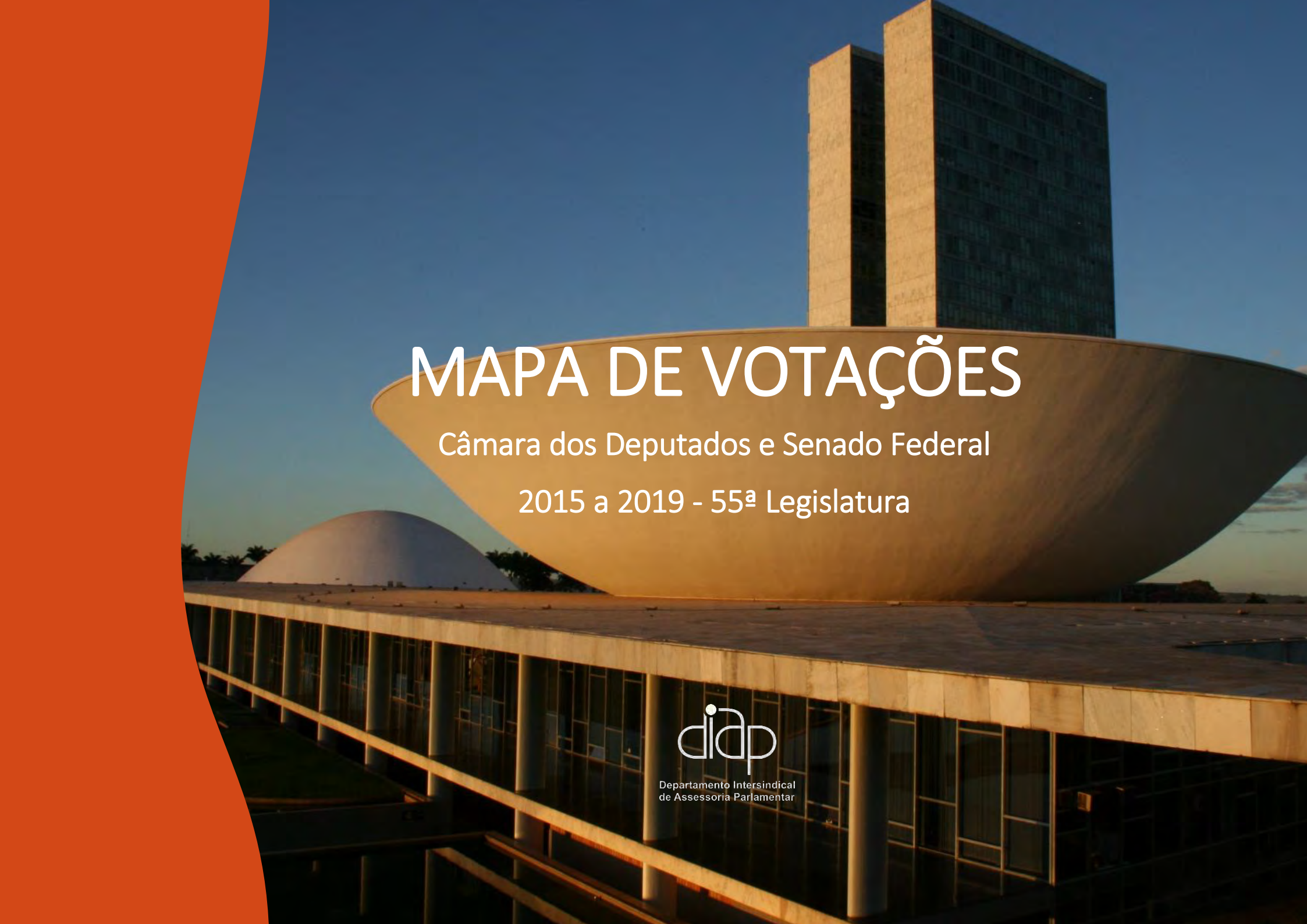


The background of the cover is a photograph of the National Congress of Brazil, showing the hemicycle and the towers. A large orange abstract shape is on the left side.

MAPA DE VOTAÇÕES

Câmara dos Deputados e Senado Federal

2015 a 2019 - 55ª Legislatura



Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar

Mapa de Votações - Câmara dos Deputados e Senado Federal - 2015 a 2019 - 55ª legislatura

Publicação do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

FICHA TÉCNICA

Concepção, pesquisa e texto

Antônio Augusto de Queiroz

Diretor de Documentação

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Diretor-Técnico

Revisão

Alysson de Sá Alves

Viviane Ponte Sena

Apoio

André Luis dos Santos

Alice Coutinho

Iva Cristina P. de Sant'Ana

Marcos Verlaine da Silva Pinto

Neuriberg Dias Rêgo

Robson Lopes Graça

É permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)** publica o “Mapa de Votações” referente à atual legislatura (55ª), que se iniciou em 2015 e terminará em 2019, reunindo as principais votações nominais ocorridas no período na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Este trabalho reúne 136 votações, sendo 114 na Câmara dos Deputados e 29 no Senado Federal. Para se chegar às 136 votações deste levantamento, foram avaliadas 1.429 deliberações nominais no Congresso Nacional, das quais 957 na Câmara dos Deputados e 472 no Senado Federal.

Na definição das votações relevantes, o **DIAP** utilizou três critérios: 1) a importância da matéria sob os pontos de vistas político, econômico e/ou social; 2) o grau de disputa entre oposição e situação, exigindo-se em cada votação uma oposição superior a 20% da Casa do Congresso, no caso da Câmara com divergência superior a 100 votos; e 3) a clareza do dispositivo votado em relação ao objetivo pretendido, de modo a não deixar margens para dúvidas sobre o conteúdo da votação.

O universo de temas é abrangente, indo desde votações de interesse direto e imediato dos trabalhadores, passando por deliberações sobre temas de interesse geral, como **Reforma Política** e **papel do Estado na economia**, até votações sobre julgamentos políticos, como cassação de mandatos, processo de *impeachment* e votação de denúncias contra o presidente da República.

No **1º grupo** – de interesse direto e imediato dos trabalhadores – o **DIAP** selecionou 21 votações realizadas na Câmara e 6 no Senado sobre as quais emitiu juízo de valor, considerando-as positiva ou negativa na perspectiva dos trabalhadores, identificando com polegar para cima, positiva, ou negativa, para baixo.

No **2º grupo** – temas de interesse geral – mesmo considerando que as entidades sindicais tem posição política sobre os temas, como em relação à reforma política e ao papel do Estado na economia, o **DIAP** preferiu não emitir juízo de valor, apenas informando como votaram os parlamentares, se contra ou a favor do tema.

No **3º grupo** – julgamentos políticos – igualmente, o **DIAP** apenas informa como votaram os parlamentares.

Dentre as votações deste grupo estão: o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, o processo de cassação do deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), ex-presidente da Câmara dos Deputados, e as 2 denúncias feitas pelo Ministério Público Federal contra o presidente da República, Michel Temer (MDB).

O propósito deste levantamento é permitir ao cidadão, em geral, e ao eleitor, em particular, saber como votou seu representante nos temas relevantes que foram objeto de deliberação no Congresso Nacional, para que possa, conscientemente, decidir se o parlamentar cumpriu ou não seus compromissos de campanha.

A análise das votações é uma forma eficaz de avaliar o mandato e deve ser complementada com outras informações sobre a atuação parlamentar, como por exemplo, proposições apresentadas, emendas apresentadas, relatorias de proposições, discursos, assiduidade, participação em comissões ou grupos/bancadas temáticas vinculadas, bem como a relação do parlamentar com o governo e o desempenho dele em prol do seu estado/base eleitoral, especialmente na destinação de recursos e atração de investimentos públicos e privados.

Com este trabalho, o **DIAP** cumpre sua missão institucional de acompanhar as atividades do Poder Legislativo federal e busca dar transparência aos comportamentos, atitudes e votos dos deputados e senadores nas matérias de interesse da sociedade, em geral, e da classe trabalhadora, em particular.

Celso Napolitano
Presidente do DIAP

Sumário

Apresentação.....	pag. 3
Mapa das votações em destaque na Câmara dos Deputados.....	pag. 7
Novas regras para o benefício de pensão por morte e auxílio doença - MP 664/2014.....	pag. 8
Aposentadoria integral para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) - Regra 85/95 - MP 664/2014.....	pag. 10
Novas regras de concessão do seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso ao pescador - MP 665/2014.....	pag. 12
Recursos para implementação das escolas de ensino médio em tempo integral - MP 746/2016.....	pag. 14
Isenção de impostos para petroleiras estrangeiras - MP 795/2017.....	pag. 16
Redução da idade penal de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos, de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte - PEC 171/1993.....	pag. 18
Novo Regime Fiscal para a União - PEC 241/2016.....	pag. 20
Exclusão do Novo Regime Fiscal das despesas com saúde e assistência social - PEC 241/2016.....	pag. 22
Autorização para universidades públicas cobrarem por cursos - PEC 395/2014.....	pag. 24
Proíbe Desvinculação das Receitas da União (DRU) advindas das contribuições sociais - PEC 4/2015.....	pag. 26
Regulamentação da terceirização da atividade fim - PL 4.330/2004.....	pag. 28
Regulamentação da terceirização da atividade fim - PL 4.302/1998.....	pag. 30
Acaba com a exclusividade na exploração do Pré-Sal pela empresa Petrobras - PL 4.567/2016.....	pag. 32
Manter a obrigatoriedade da Petrobras participar com 30% do consórcio de exploração - PL 4.567/2016.....	pag. 34
Limite de gasto na campanha de Presidente da República, Governador e Prefeito - PL 5.735/2013.....	pag. 36

Proibir contrato entre empresa doadora e poder público - PL 5.735/2013.....	pag. 38
Reforma Trabalhista - PL 6.787/2016.....	pag. 40
Negociado sobre o legislado - PL 6.787/2016.....	pag. 42
Contribuição sindical - PL 6.787/2016.....	pag. 44
Regime fiscal para os Estados com condicionantes aos servidores públicos - PLP 343/2017.....	pag. 46
Vedações durante o regime de recuperação fiscal dos estados - PLP 343/2017.....	pag. 48
Relação completa das votações nominais importantes na Câmara dos Deputados.....	pag. 50
Mapa das votações em destaque no Senado Federal.....	pag. 89
Novas regras para o benefício de pensão por morte e auxílio doença - MP 664/2015.....	pag. 90
Reforma política (Fim do financiamento de campanha por empresas) - PLC 75/2015.....	pag. 92
Retira a obrigatoriedade de exploração do Pré-Sal pela Petrobras - PLS 131/2015.....	pag. 94
Teto dos Gastos Públicos - PEC 55/2016.....	pag. 96
Reforma trabalhista - PLC 38/2017.....	pag. 98
Trabalho intermitente - PLC 38/2017.....	pag. 100
Relação completa das votações nominais importantes no Senado Federal.....	pag. 102

An aerial photograph of the Chamber of Deputies in Brazil, showing the semi-circular seating arrangement and the central stage area. The text is overlaid on the image.

MAPA DAS VOTAÇÕES EM DESTAQUE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

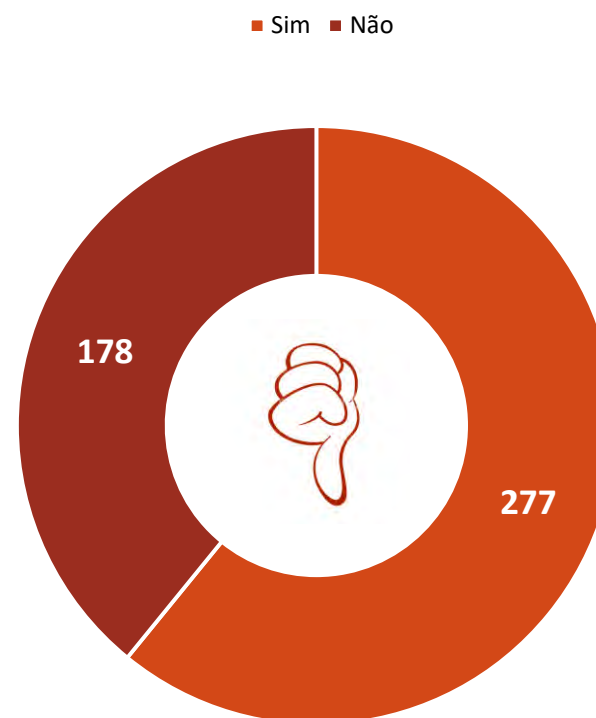
Novas regras para o benefício de pensão por morte e auxílio doença

- MP 664/2014

O que foi votado

O plenário aprovou, por 277 votos a 178 e 1 abstenção, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2015, que mudou as regras do benefício de pensão por morte, passando a exigir período de carência, tempo mínimo de casamento ou união estável, tempo de duração da pensão para cônjuge ou companheiro/ano, e mudou também o benefício do auxílio doença, no que se refere às regras de início e a renda mensal para obter o auxílio. As principais alterações para a pensão por morte foram: 1) antes não exigia período de carência e passou a exigir 18 contribuições mensais; 2) o tempo mínimo de casamento ou união estável não era exigido e passou a ser de 2 anos; 3) a renda da pensão a ser rateada (RGPS) era de 100%, o governo propôs na MPV de 50% + 10%, por dependente até 100%, e no PLV foi rejeitada a proposta do governo e mantido o valor de 100% da aposentadoria; 4) o tempo de duração da pensão para o cônjuge ou companheiro (a) / idade era vitalício e agora acabou a vitaliciedade, que somente é obtida quando tiver idade maior ou igual a 44 anos de idade. Em relação ao auxílio doença as mudanças foram: 1) o início do benefício mantido a partir do 16º dia de afastamento ou data do pedido, se mais de 30 dias; 2) a renda mensal do benefício era de 91% do salário de benefício até o teto do INSS e agora foi mantido o mesmo percentual de 91%, sendo o salário de benefício até a média dos últimos 12 salários.

Placar da votação



Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.135/2015

Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
MP 664/2014 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	Poder Executivo	Sim: 277 Não: 178 Abstenção: 1 Total da Votação: 456 Art. 17: 1 Total Quorum: 457	13/05/2015	0157	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Aposentadoria integral para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) - Regra 85/95 - MP 664/2014

O que foi votado

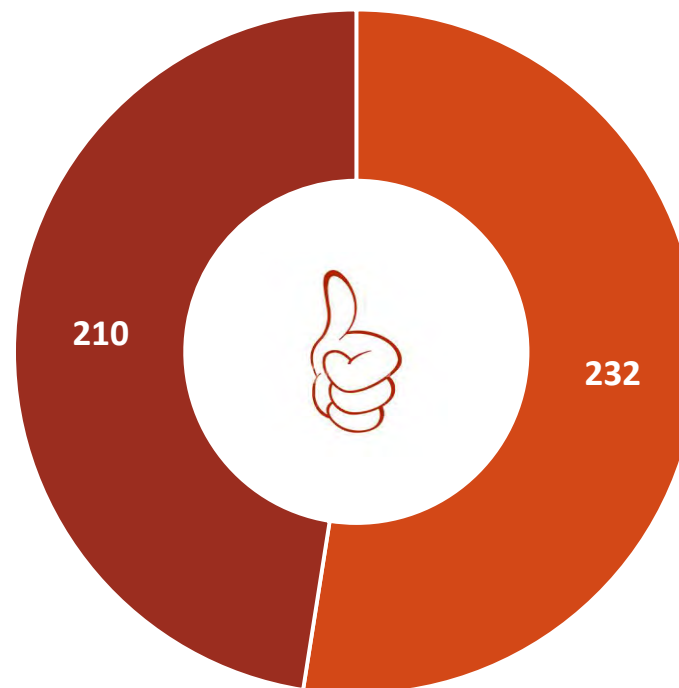
O plenário aprovou, por 231 votos a 210 e 2 abstenções, o destaque do PTB aos parágrafos 10, 11 e 12 da Emenda 45, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), estabelecendo uma alternativa ao fator previdenciário, que consiste na regra 85/95 para obter aposentadoria integral. A regra possibilita a não incidência do fator previdenciário e a respectiva redução da aposentadoria dos trabalhadores quando a soma da idade do segurado com o tempo de contribuição for igual ou maior que 95, para homem, e 85, para mulher – considerando que o tempo mínimo de contribuição é de 35 anos (homem) e 30 anos (mulher).

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.135/2015. Houve veto presidencial à emenda 45 aprovada na Câmara dos Deputados e, em seguida, foi editada, pelo Poder Executivo, a Medida Provisória 676/2015, que recria a regra 85/95 com progressividade da idade e o tempo de contribuição.

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

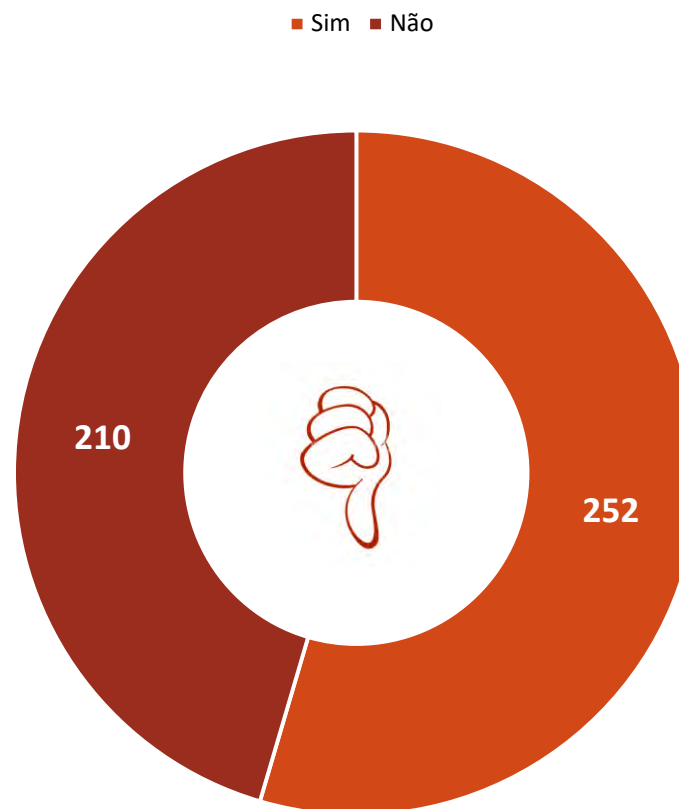
PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
MP 664/2014 - DVS - PTB - §§10, 11 E 12 DA EMENDA45	PTB	Sim: 232 Não: 210 Abstenção: 2 Total da Votação: 444 Art. 17: 1 Total Quorum: 445	13/05/15	0159	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Novas regras de concessão do seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso ao pescador - MP 665/2014

O que foi votado

O plenário aprovou, por 257 votos a 227 e 1 abstenção, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/2015, que mudou as regras de concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso para o pescador profissional artesanal. O PLV altera a quantidade de meses trabalhados antes da demissão que o trabalhador terá de comprovar para solicitar o seguro-desemprego. Pelo texto aprovado, o 1º acesso ao seguro-desemprego: será 12 meses de trabalho nos 18 meses anteriores à demissão; e o 2º acesso ao seguro-desemprego será: 9 meses de trabalho nos 12 meses anteriores à demissão. A proposta aprovada prevê que os demais acessos serão: 6 meses ininterruptos de trabalho antes da demissão. A carência será definida pelo Codefat entre os dois pedidos e prevê ainda que, para solicitar o benefício, o trabalhador demitido terá que comprovar matrícula e frequência em curso de formação habilitado pelo MEC, com carga horária mínima de 160 dias. As novas regras para o abono salarial estabelecem que o benefício será pago ao empregado que comprovar vínculo formal de no mínimo 90 dias no ano anterior ao do pagamento e preveem ainda que o valor do benefício passa a ser proporcional, da mesma forma que o 12º salário (1/12 do salário mínimo para cada mês trabalhado). Em relação ao seguro-defeso para o pescador, manteve-se o prazo de um ano de registro para o trabalhador solicitar o benefício. A MP original aumentava para três anos e o

Placar da votação



valor é de um salário mínimo, recebido atualmente durante todo o período de defeso. Entretanto, o PLV restringe o pagamento a no máximo sete meses – cinco por regra e mais dois por decisão do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O texto assegura aos pescadores o seguro-desemprego relativo ao período de defeso de 1º de abril a 31 de agosto de 2015 segundo as regras anteriores à edição da Medida Provisória.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.134/2015

Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
MP 665/2014 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	Poder Executivo	Sim: 252 Não: 227 Abstenção: 1 Total da Votação: 480 Art. 17: 1 Total Quorum: 481	06/05/2015	0135	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Recursos para implementação das escolas de ensino médio em tempo integral - MP 746/2016

O que foi votado

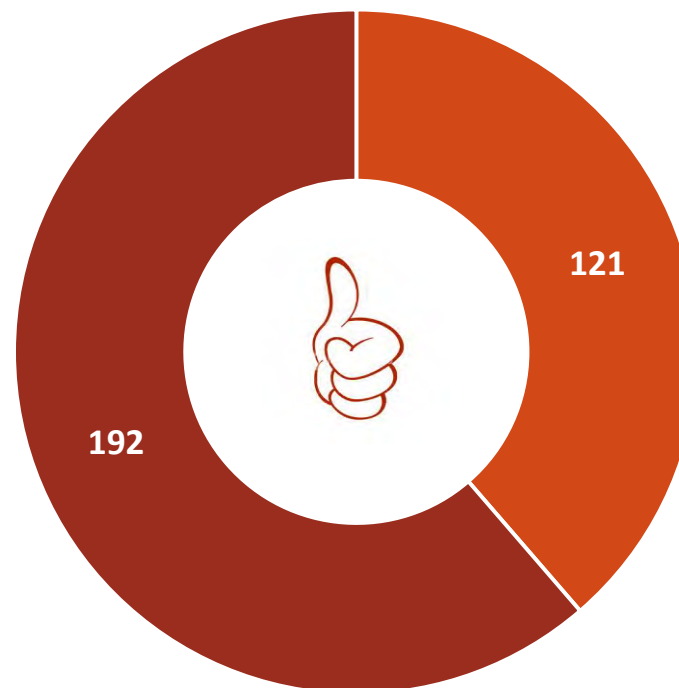
O plenário rejeitou, por 192 votos a 121 e 1 abstenção, o destaque do PT que pretendia garantir a implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, cujos repasses não poderiam implicar em redução de outras formas de apoio ao desenvolvimento do ensino, devendo ser acrescidos aos repasses do Fundeb, sob pena de canibalização entre as unidades e sistemas de ensino.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.415/2017

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

Proposição	Autor	Resultado	Data da votação	Nº da votação	Votação por UF	Votação por Partido
MP 746/2016 - DTQ. 11 - PT- §2º DO ART. 5º DA EMENDA 547 COM VISTAS ...	PT	Sim: 121 Não: 192 Abstenção: 1 Total da Votação: 314 Art. 17: 1 Total Quorum: 315	13/12/2016	0386	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Isenção de impostos para petroleiras estrangeiras - MP 795/2017

O que foi votado

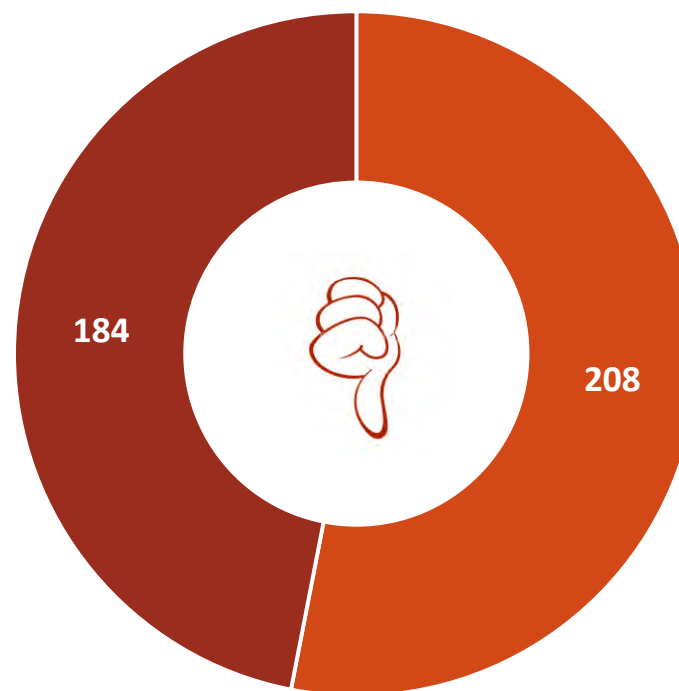
O plenário aprovou, por 208 votos a 184, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 36/2017, que criou um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. Dentre os pontos polêmicos dessa proposta, o relator, deputado Júlio Lopes, ampliou a isenção de tributos para as petroleiras estrangeiras até 31 de dezembro de 2040 ao invés da isenção até 31 de julho de 2022, proposta na MP original enviada pelo Poder Executivo.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.586/2017

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
MP 795/2017 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO 36/2017	Poder Executivo	Sim: 208 Não: 184 Total da Votação: 392 Art. 17: 1 Total Quorum: 393	29/11/2017	0409	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Redução da idade penal de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos, de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte - PEC 171/1993

O que foi votado

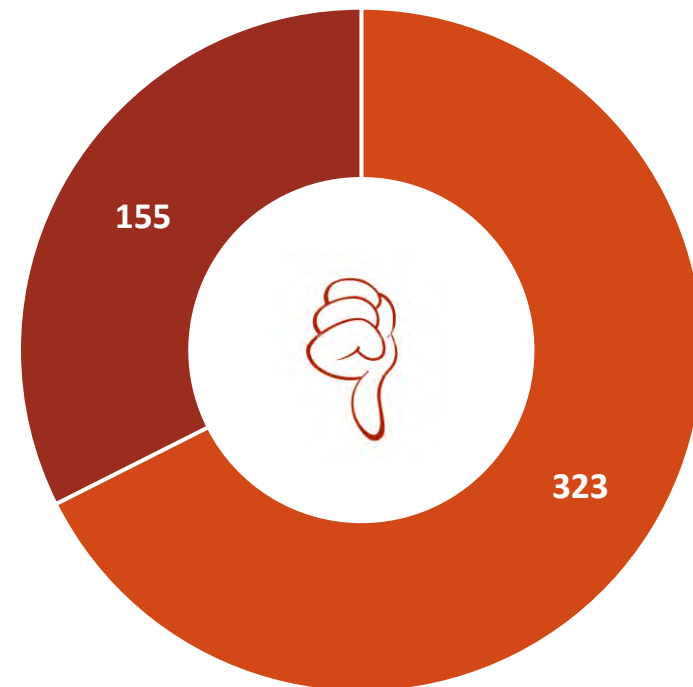
O plenário aprovou, por 323 votos a 155 e 1 abstenção, a Emenda Aglutinativa16, de autoria dos deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e André Moura (PSC-SE), que reduziu a idade penal de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos, de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.

Norma Jurídica

Tramita no Senado Federal como PEC 115/2015

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PEC 171/1993 - EMENDA AGLUTINATIVA 16	Deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e André Moura (PSC-SE)	Sim: 323 Não: 155 Abstenção: 2 Total da Votação: 480 Art. 17: 1 Total Quorum: 481 Obstrução: 4	02/07/2015	0278	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Novo Regime Fiscal para a União - PEC 241/2016

O que foi votado

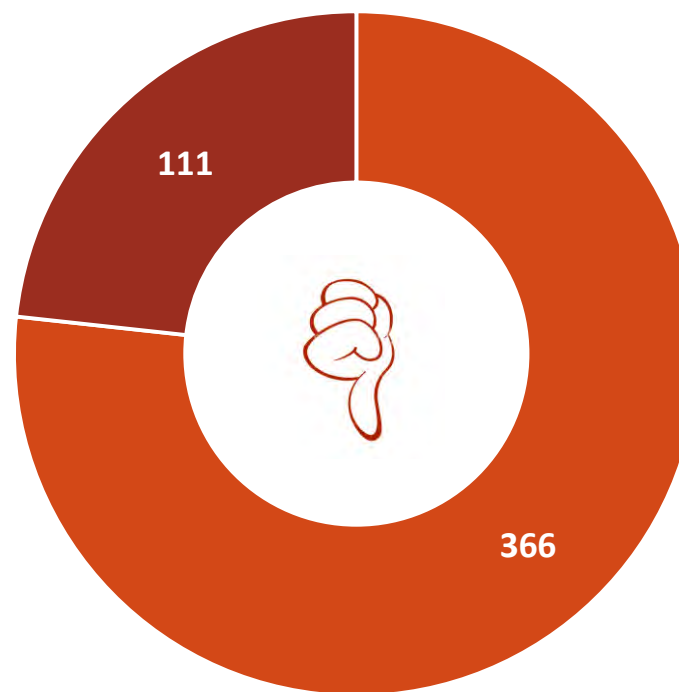
O plenário aprovou, por 366 votos a 111, em 1º turno, o Substitutivo da Comissão Especial, para a PEC 241/2016, que instituiu o novo regime fiscal e estabeleceu um teto de gastos, por 20 anos, dos investimentos públicos. O mecanismo determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Norma Jurídica

Emenda Constitucional 95/2016

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PEC 241/2016 - SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO ESPECIAL - 1º TURNO	Poder Executivo	Sim: 366 Não: 111 Abstenção: 2 Total da Votação: 479 Art. 17: 1 Total Quorum: 480	10/10/2016	0285	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Exclusão do Novo Regime Fiscal das despesas com Saúde e Assistência Social - PEC 241/2016

O que foi votado

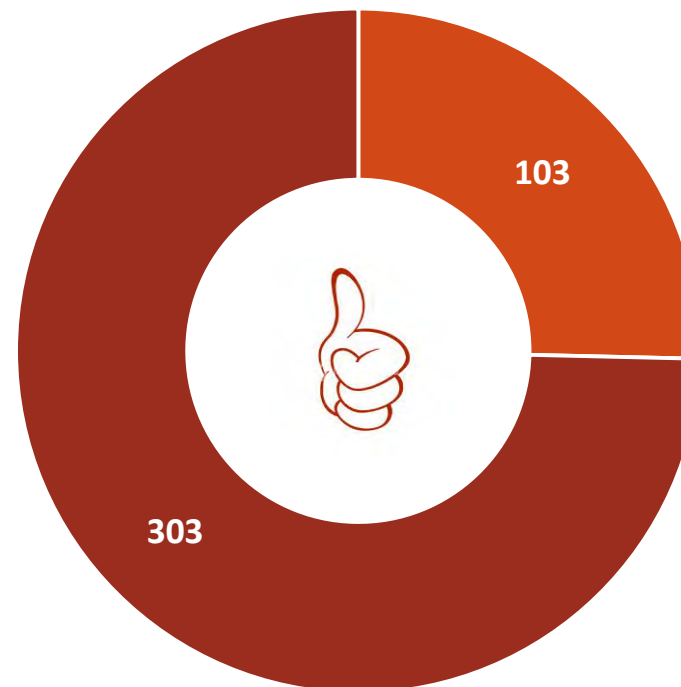
O plenário rejeitou, por 303 votos a 103, destaque do PT que pretendia excluir do teto de gastos as despesas com saúde, inclusive os percentuais mínimos de aplicação, conforme o artigo 198 da Constituição Federal, assistência social e educação, inclusive os percentuais mínimos de aplicação, conforme o artigo 212 da Constituição Federal.

Norma Jurídica

Emenda Constitucional 95/2016

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PEC 241/2016 - DTQ 4: PT - EMENDA 19	PT	Sim: 103 Não: 303 Total da Votação: 406 Art. 17: 1 Total Quorum: 407	11/10/2016	0292	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Autorização para universidades públicas cobrarem por cursos - PEC 395/2014

O que foi votado

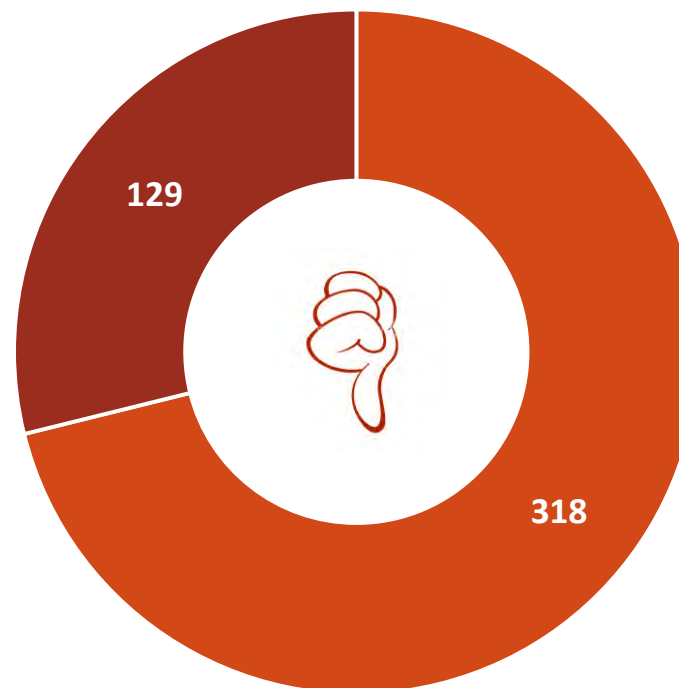
O plenário aprovou, por 318 votos a 129 e 4 abstenção, em 1º turno, o Substitutivo da Comissão Especial que autoriza universidades públicas e institutos federais a cobrarem por cursos de extensão, pós-graduação lato sensu (especializações) e de mestrado profissional, exceções para as quais se faculta sua oferta não gratuita, respeitada a autonomia universitária.

Norma Jurídica

Em função da rejeição por falta de quórum em 2º turno, a proposta foi arquivada na Câmara dos Deputados.

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PEC 395/2014 - SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO ESPECIAL - 1º TURNIO	Deputado Alex Canziani (PTB- PR)	Sim: 318 Não: 129 Abstenção: 4 Total da Votação: 451 Art. 17: 1 Total Quorum: 452	21/10/2015	0440	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Proíbe Desvinculação das Receitas da União (DRU) advindas das contribuições sociais - PEC 4/2015

O que foi votado

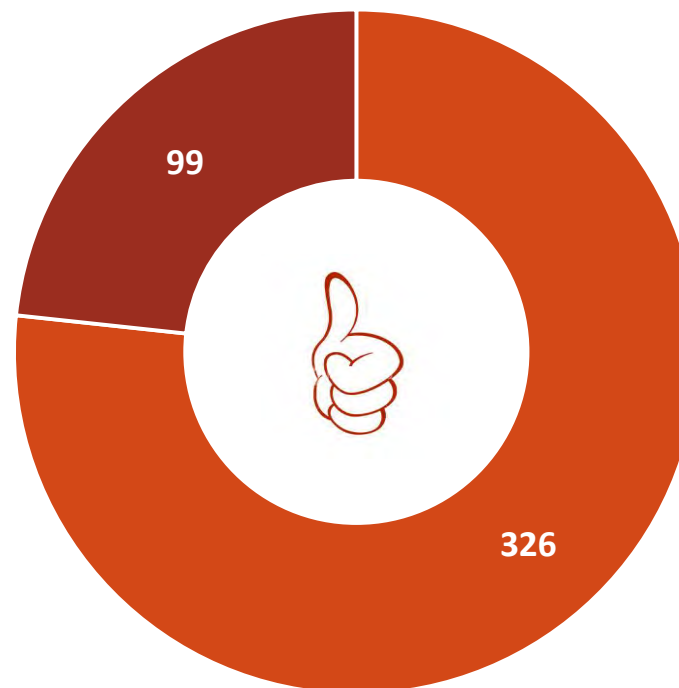
O plenário rejeitou, por 326 votos a 99 e 1 abstenção, o destaque do PSol que pretendia suprimir do Substitutivo a possibilidade de desvinculação das receitas advindas das contribuições sociais.

Norma Jurídica

Emenda Constitucional 93/2016

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PEC 4/2015 - DTQ. 2 - PSOL - EXP. "ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, SEM PREJUÍZO...	PSol	Sim: 326 Não: 99 Abstenção: 1 Total da Votação: 426 Art. 17: 1 Total Quorum: 427	08/06/2016	0177	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Regulamentação da terceirização da atividade fim - PL 4.330/2004

O que foi votado

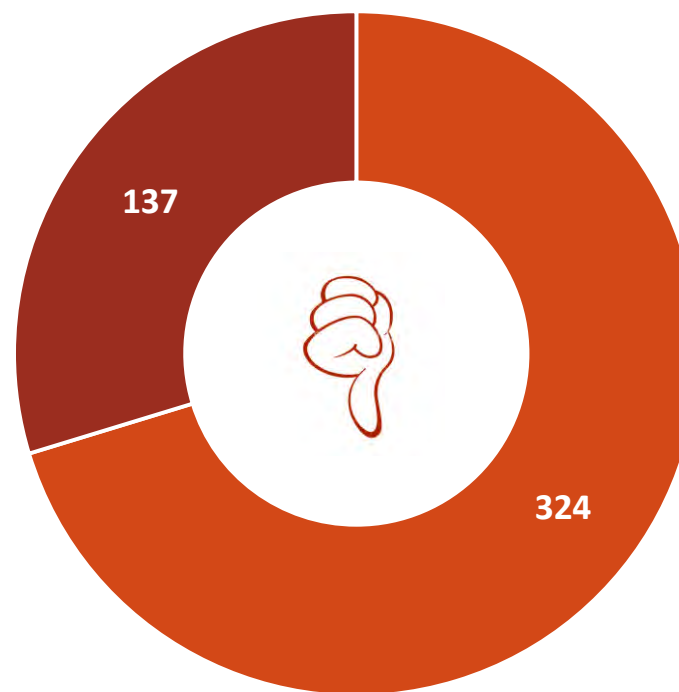
O plenário aprovou, por 324 votos a 137 e 2 abstenções, a Subemenda Substitutiva apresentada pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), que regulamentou a terceirização para qualquer atividade da empresa. Dentre os pontos, a Subemenda Substitutiva votada estabeleceu a responsabilidade subsidiária em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários; acabou com o conceito de atividade meio e fim, sendo permitida a terceirização de qualquer atividade da empresa; garantiu os direitos do empregado terceirizado no caso de ocorrer a troca de empresa prestadora de serviço, sendo criado, por exemplo, um fundo garantidor para pagamento dos direitos; e ainda estabeleceu que o trabalhador terceirizado terá acesso a restaurantes, transporte e atendimento ambulatorial oferecido pela contratante aos seus próprios empregados.

Norma Jurídica

Tramita no Senado Federal como PLC 30/2015

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PL 4.330/2004 - SUBEMENDA SUBSTITUTIVA	Deputado Sandro Mabel (MDB-GO)	Sim: 324 Não: 137 Abstenção: 2 Total da Votação: 463 Art. 17: 1 Total Quorum: 464	08/04/2015	0097	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Regulamentação da terceirização da atividade fim - PL 4.302/1998

O que foi votado

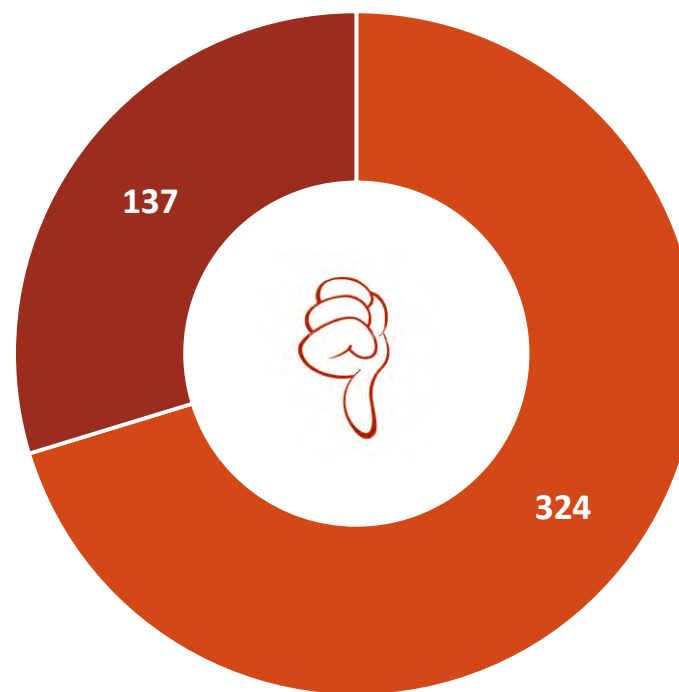
O plenário aprovou, por 231 votos a 188 e 8 abstenções, o Substitutivo do Senado Federal, que trata sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviços a terceiros. A proposta aprovada libera a prática da terceirização em todas as atividades da empresa e prevê ainda a possibilidade da “quarteirização”, a ampliação dos contratos temporários para até nove meses e a responsabilização subsidiária (não solidária) da empresa tomadora, dentre outros pontos.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.429/2017

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PL 4.302/1998 - SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL	Poder Executivo	Sim: 232 Não: 188 Abstenção: 8 Total da Votação: 428 Art. 17: 1 Total Quorum: 429	22/03/2017	0045	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Acaba com a exclusividade na exploração do Pré-Sal pela empresa Petrobras - PL 4.567/2016

O que foi votado

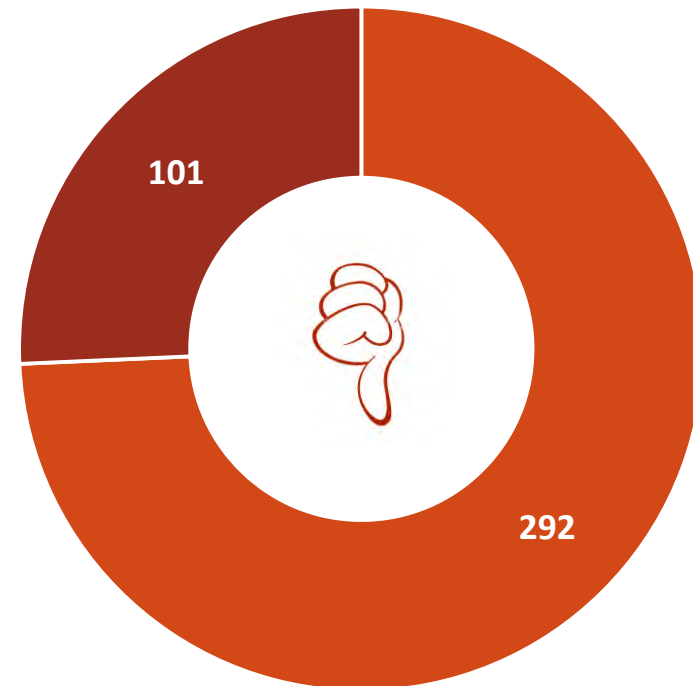
O plenário aprovou, por 292 votos a 101 e 1 abstenção, o projeto de lei que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras participar como operadora de todos os blocos de exploração de petróleo na área do Pré-Sal. A proposta altera a Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operadora e possuir participação mínima de 30% nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.365/2016

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PL 4.567/2016	Senador José Serra (PSDB-SP)	Sim: 292 Não: 101 Abstenção: 1 Total da Votação: 394 Art. 17: 1 Total Quorum: 395	05/10/2016	0272	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Manter a obrigatoriedade da Petrobras participar com 30% do consórcio de exploração - PL 4.567/2016

O que foi votado

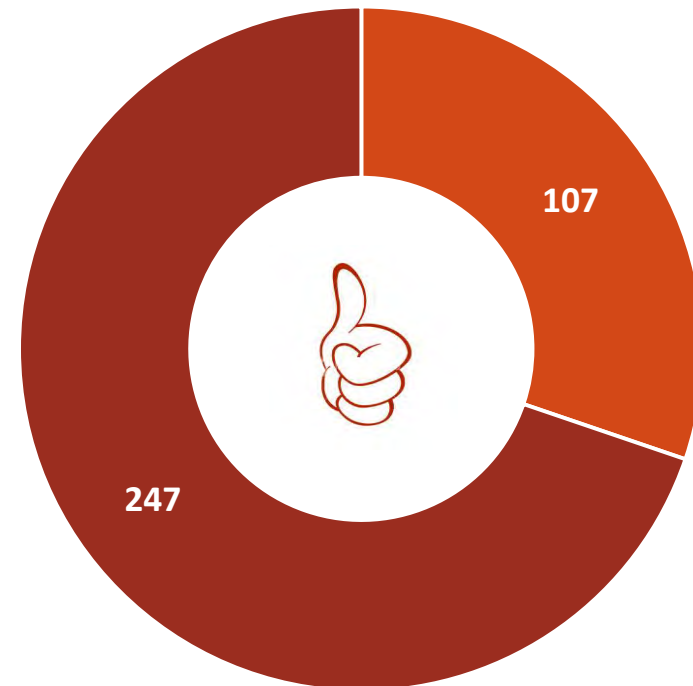
O plenário rejeitou, por 247 votos a 107, o destaque do PPS que pretendia manter a obrigatoriedade de a Petrobras participar com 30% do consórcio de exploração enquanto operadora nos blocos cujo potencial de óleo recuperável seja maior que um bilhão de barris, considerado volume estratégico.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.365/2016

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PL 4.567/2016 - DTQ. 8 - PPS - EMENDA 4	Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Sim: 107 Não: 247 Total da Votação: 354 Art. 17: 1 Total Quorum: 355	09/11/2016	0336	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Limite de gasto na campanha de Presidente da República, Governador e Prefeito - PL 5.735/2013

O que foi votado

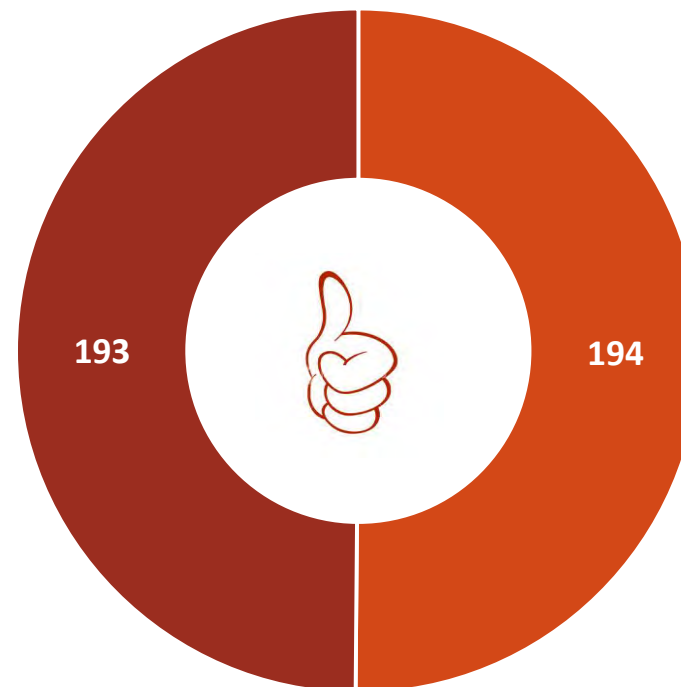
O plenário aprovou, por 194 votos a 193 e 2 abstenções, a Emenda Aglutinativa 15, estabelecendo que o limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições para Presidente da República, Governador e Prefeito será definido com base nos gastos declarados, na respectiva circunscrição, na eleição para os mesmos cargos imediatamente anterior à promulgação desta Lei, observado o seguinte: 1) para o primeiro turno das eleições, o limite será de 70% do maior gasto declarado para o cargo, na circunscrição eleitoral em que houve apenas um turno, e 50% do maior gasto declarado para o cargo, na circunscrição eleitoral em que houver dois turnos; e 2) para o segundo turno das eleições, onde houver, o limite de gastos será de 30% do valor previsto para eleição no primeiro turno (70%) e, nos municípios com até dez mil eleitores, o limite de gastos será de R\$ 100 mil para prefeito e de R\$ 10 mil para o vereador.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.165/2015

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PL 5.735/2013 - EMENDA AGLUTINATIVA 15	Deputado Leonardo Picciani (MDB-RJ)	Sim: 194 Não: 193 Abstenção: 2 Total da Votação: 389 Art. 17: 1 Total Quorum: 390	14/07/2015	0291	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Proibir contrato entre empresa doadora e poder público - PL 5.735/2013

O que foi votado

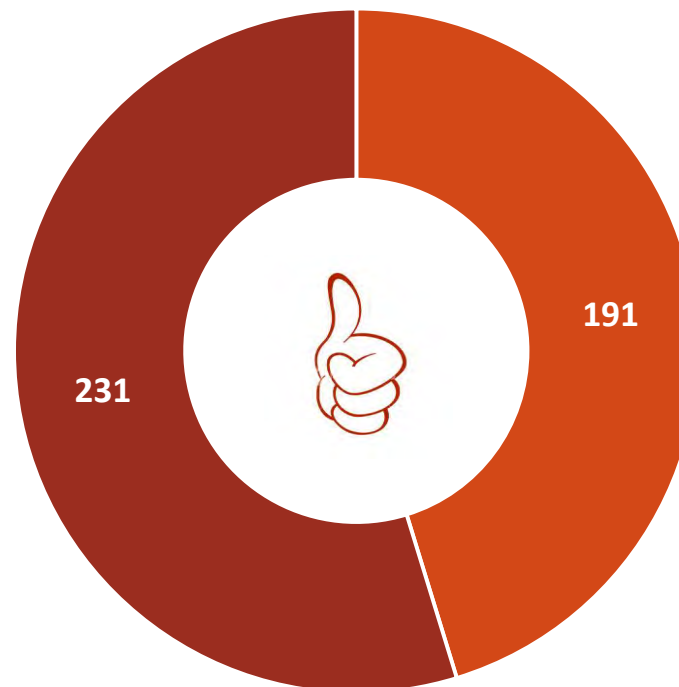
O plenário rejeitou, por 231 votos a 191 e 5 abstenções, destaque do PT que pretendia proibir as empresas que fizessem doações a candidatos ao Poder Executivo (presidente da República, governador ou prefeito) de firmarem contratos com o governo, caso o candidato lograsse êxito na eleição.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.165/2015

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PL 5.735/2013 - DTQ 30: PT - EMENDA 9	PT	Sim: 191 Não: 231 Abstenção: 5 Total da Votação: 427 Art. 17: 1 Total Quorum: 428	14/07/2015	0292	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Reforma Trabalhista - PL 6.787/2016

O que foi votado

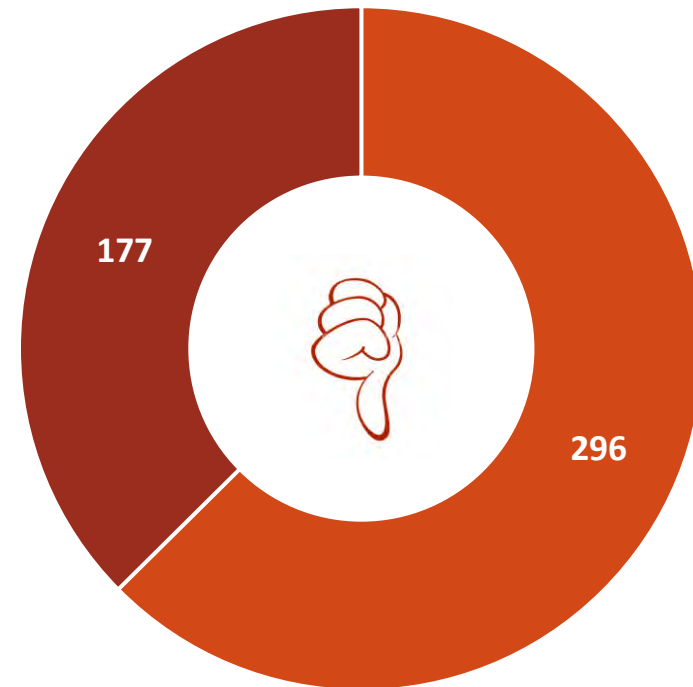
O plenário aprovou, por 296 votos a 177, a Subemenda Substitutiva Global apresentada pelo relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que fez a reforma trabalhista com destaque para: 1) flexibilização de direitos trabalhistas previstos legalmente, resguardados apenas os que estão escritos na Constituição Federal; 2) ampliação das possibilidades de terceirização e pejetização (contratação do trabalhador como pessoa jurídica e sem vínculo empregatício); 3) criação de novas formas de contratação, especialmente o autônomo exclusivo e o intermitente; 4) restrições de acesso à Justiça do Trabalho; 5) retirada de poderes, atribuições e prerrogativas das entidades sindicais; 6) universalização da negociação coletiva sem o limite ou a proteção da lei; e 7) autorização de negociação direta entre patrões e empregados para redução ou supressão de direitos.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.467/2017

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PL 6.787/2016 - SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL	Poder Executivo	Sim: 296 Não: 177 Total da Votação: 473 Art. 17: 1 Total Quorum: 474	26/04/2017	0104	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Negociado sobre o legislado - PL 6.787/2016

O que foi votado

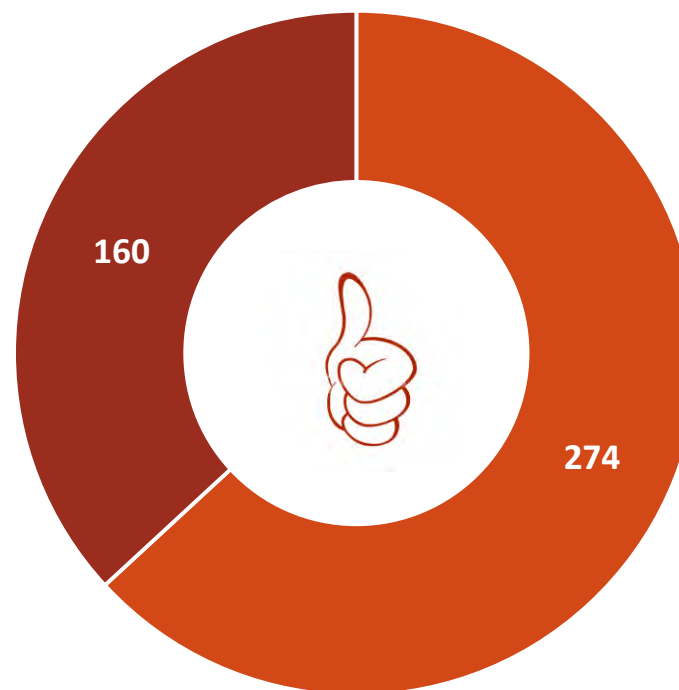
O plenário rejeitou, por 274 votos a 160 e 1 abstenção, destaque do PSol que pretendia excluir o artigo sobre a prevalência do acordo coletivo sobre a legislação, considerado a “espinha dorsal” da reforma pois permitia que o acordo e a convenção prevalecessem sobre a lei em mais de 15 pontos diferentes, como jornada de trabalho, banco de horas anual e intervalo de alimentação mínimo de meia hora e teletrabalho.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.467/2017

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PL 6.787/2016 - DTQ 18 - PSol - ART. 611-A, CONST. DO ART. 1º DO SUBSTITUTIVO	PSol	Sim: 274 Não: 160 Abstenção: 1 Total da Votação: 435 Art. 17: 1 Total Quorum: 436	27/04/2017	0107	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Contribuição sindical - PL 6.787/2016

O que foi votado

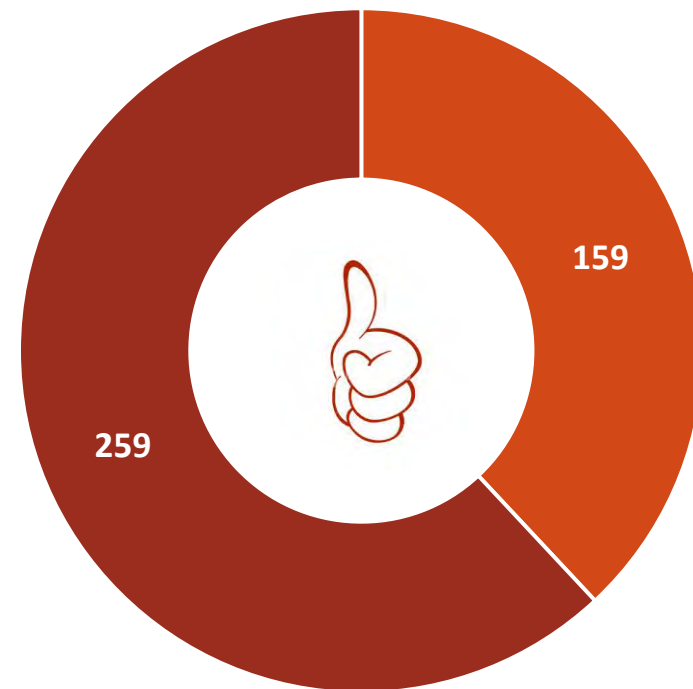
O plenário rejeitou, por 259 votos a 159 e 5 abstenções, destaque do SD que pretendia criar uma regra de transição para mudança na forma de cobrança da contribuição que acabou com a compulsoriedade, transformando-a em autorizativa pelo trabalhador. A proposta votada buscava fracionar, em 6 anos, o imposto sindical em invés de seu fim imediato. Com isso, decorridos 3 anos a partir da data da publicação da “Reforma” Trabalhista, a contribuição sindical será I) para os trabalhadores: 1) 75% de um dia de trabalho no primeiro exercício subsequente; 2) 55% de um dia de trabalho no segundo exercício subsequente; e 3) 35% de um dia de trabalho no terceiro exercício subsequente; e II) para os empregadores, observando a base de cálculo e o procedimento de recolhimento previstos no art. 580, parágrafos 1º, 2º e 3º, e no art. 581 da CLT: 1) 75% no primeiro exercício subsequente; 2) 55% no segundo exercício subsequente; e 3) 35% no terceiro exercício subsequente.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.467/2017

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PL 6.787/2016 - DTQ 51 - SD - EMENDA DE PLENÁRIO 28	SD	Sim: 159 Não: 259 Abstenção: 5 Total da Votação: 423 Art. 17: 1 Total Quorum: 424	27/04/2017	0109	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Regime fiscal para os Estados com condicionantes aos servidores públicos - PLP 343/2017

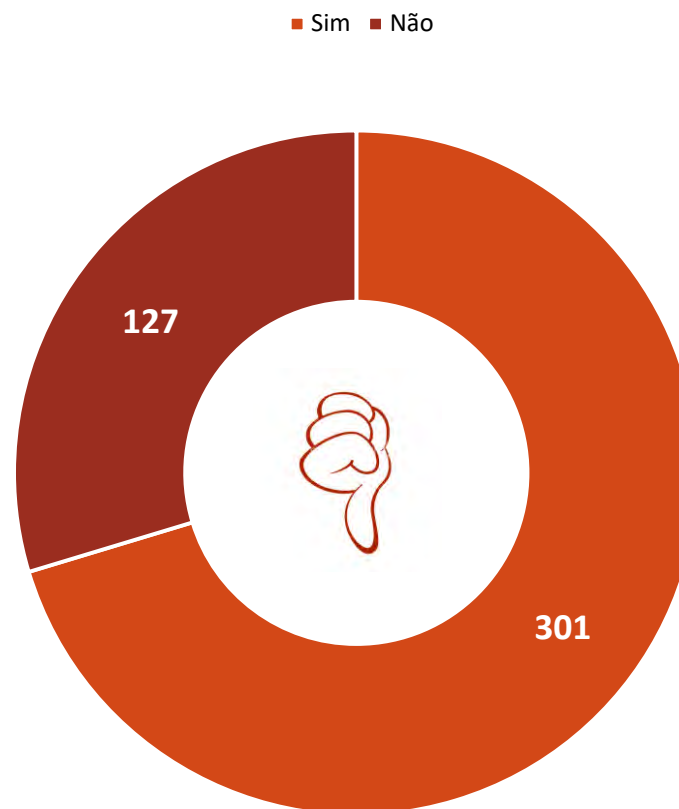
O que foi votado

O plenário aprovou, por 301 votos a 127 e 7 abstenções, a Subemenda Substitutiva da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) que cria o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados para ajudar os entes endividados em troca de contrapartidas como elevação de alíquotas de contribuição social de servidores, redução de incentivos tributários e privatizações. Antes de começar a contar com os benefícios do regime, o estado interessado deve aprovar leis com as contrapartidas exigidas pelo projeto, como autorização para privatizar empresas dos setores financeiro, de energia e de saneamento e outros, se necessário à quitação de passivos; adoção de fundo complementar de aposentadoria para os servidores; e aumento da alíquota de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores ativos, inativos e pensionistas para, no mínimo, 14%, além de alíquota extraordinária e temporária, se necessário, dentre outras condicionantes.

Norma Jurídica

Lei Complementar 159/2017

Placar da votação



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PLP 343/2017 - SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DA CFT	Poder Executivo	Sim: 301 Não: 127 Abstenção: 7 Total da Votação: 435 Art. 17: 1 Total Quorum: 436 Obstrução: 19	18/04/2017	0082	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Vedações durante o regime de recuperação fiscal dos estados - PLP 343/2017

O que foi votado

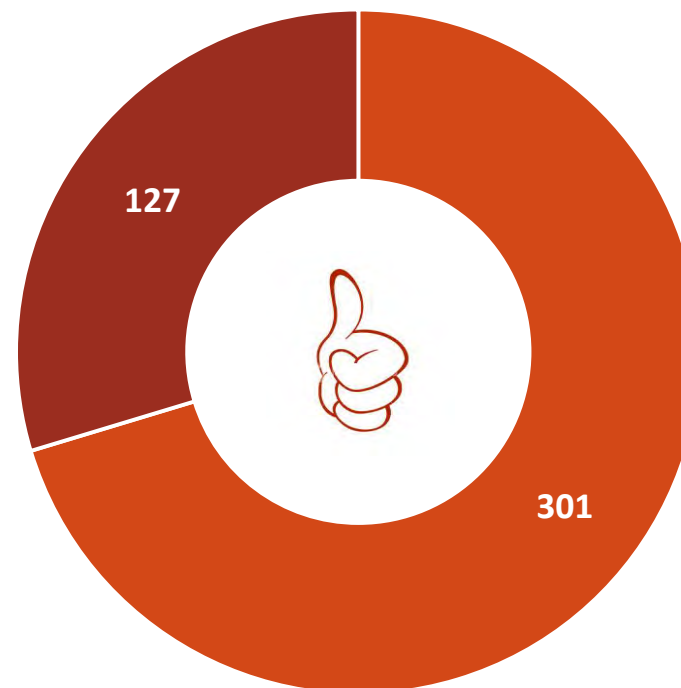
O plenário rejeitou, por 314 votos a 100 e 3 abstenções, o destaque do PT que pretendia suprimir as vedações durante o regime de recuperação fiscal, como, por exemplo, a concessão de reajustes de qualquer espécie da remuneração dos servidores públicos; a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; e a realização de concurso público, dentre outros assuntos.

Norma Jurídica

Lei Complementar 159/2017

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	Nº DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PLP 343/2017 - DTQ 12: PT - ART. 8º DO SUBSTITUTIVO	PT	Sim: 314 Não: 100 Abstenção: 3 Total da Votação: 417 Art. 17: 1 Total Quorum: 418 Obstrução: 13	10/05/2017	0124	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Relação completa das votações nominais importantes na Câmara dos Deputados

Nº	Proposição	Matéria votada	Autor	Resultado	Data da votação	Nº da votação	Tema	Resumo	Situação	Votação por UF	Votação por Partido
1	MP 664/2014 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	Novas regras para o benefício de pensão por morte e auxílio doença	Poder Executivo	Sim: 277 Não: 178 Abstenção: 1 Total da Votação: 456 Art. 17: 1 Total Quorum: 457	13/05/15	0157	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário aprovou, por 277 votos a 178 e 1 abstenção, o Projeto de Lei de Conversão (PLV)4/2015, que mudou as regras do benefício de pensão por morte, passando a exigir período de carência, tempo mínimo de casamento ou união estável, tempo de duração da pensão para cônjuge ou companheiro/ano, e mudou também o benefício do auxílio doença, no que se refere às regras de início e a renda mensal para obter o auxílio. As principais alterações para a pensão por morte foram: 1) antes não exigia período de carência e passou a exigir 18 contribuições mensais; 2) o tempo mínimo de casamento ou união estável não era exigido e passou a ser de 2 anos; 3) a renda da pensão a ser rateada (RGPS) era de 100%, o governo propôs na MPV de 50% + 10%, por dependente até 100%, e no PLV foi rejeitada a proposta do governo e mantido o valor de 100% da aposentadoria; 4) o tempo de duração da pensão para o cônjuge ou companheiro (a) / idade era vitalício e agora acabou a vitaliciedade, que somente é obtida quando tiver idade maior ou igual a 44 anos de idade. Em relação ao auxílio doença as mudanças foram: 1) o início do benefício mantido a partir do 16º dia de afastamento ou data do pedido, se mais de 30 dias; 2) a renda mensal do benefício era de 91% do salário de benefício até o teto do	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015.	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

								INSS e agora foi mantido o mesmo percentual de 91%, sendo o salário de benefício até a média dos últimos 12 salários.			
2	MP 664/2014 - DVS - MDB - EMENDA 507	Carência para pensão por morte	MDB	Sim: 194 Não: 261 Abstenção: 4 Total da Votação: 459 Art. 17: 1 Total Quorum: 460	13/05/15	0158	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário rejeitou, por 261 votos a 194 e 4 abstenções, o destaque da Emenda 507, de autoria do deputado Arnaldo Faria Sá (PTB-SP), que pretendia incluir no texto dispositivo para garantir ao segurado que tiver cumprido as carências de tempo e de matrimônio/união estável, e tiver mais de 15 anos de contribuição, mesmo que não esteja contribuindo na época do óbito, o direito à pensão à sua viúva e aos seus herdeiros. No entanto, o DVS foi rejeitado no plenário da Câmara dos Deputados.	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015.	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

3	MP 664/2014 - DVS - PTB - §§10, 11 E 12 DA EMENDA45	Criar a regra 85/95 para aposentadoria integral - alternativa ao fator previdenciário	PTB	Sim: 232 Não: 210 Abstenção: 2 Total da Votação: 444 Art. 17: 1 Total Quorum: 445	13/05/15	0159	Previdência - Pensão por morte e auxílio doença	O plenário aprovou, por 231 votos a 210 e 2 abstenções, o destaque do PTB aos parágrafos 10, 11 e 12 da Emenda 45, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), estabelecendo uma alternativa ao fator previdenciário, que consiste na regra 85/95, para obter aposentadoria integral. A regra possibilita a não incidência do fator previdenciário e a respectiva redução da aposentadoria dos trabalhadores quando a soma da idade do segurado com o tempo de contribuição for igual ou maior que 95, para homem, e 85, para mulher – considerando que o tempo mínimo de contribuição é de 35 anos (homem) e 30 anos (mulher).	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015 com veto do DVS da emenda 45 aprovada na Câmara dos Deputados. Governo enviou a Medida Provisória 676/2015 que recriou a regra 85/95 com progressividade.	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
4	MP 664/2014 - DVS - PPS - § 10 DO ART. 29 DA LEI 8.213/1991 CONST. DO ART. 3º DO PLV	Cálculo do auxílio doença	PPS	Sim: 294 Não: 158 Abstenção: 2 Total da Votação: 454 Art. 17: 1 Total Quorum: 455	13/05/15	0160	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário rejeitou, por 294 votos a 158 e 2 abstenções, o destaque do PPS que pretendia retirar do PLV dispositivo estabelecendo o cálculo da renda mensal do benefício em 91%, fixando o salário de benefício até a média dos últimos 12 salários. Caso tivesse sido aprovado, seria aplicado o cálculo baseado na renda mensal do benefício de 91% do salário de benefício até o teto do INSS, ou seja, a regra que estava vigente até a votação.	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015.	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
5	MP 664/2014 - DVS - PP - ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELO ART. 3º DO PLV	Pagamento de auxílio-doença pela empresa	PP	Sim: 220 Não: 229 Abstenção: 1 Total da Votação: 450 Art. 17: 1 Total Quorum: 451	13/05/15	0161	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário aprovou, por 229 votos a 220 e 1 abstenção, o destaque do PP retirando do texto do PLV a exigência de que o salário integral do trabalhador seja pago pela empresa nos primeiros 30 dias do afastamento por motivo de doença (auxílio-doença). Com aprovação do destaque, manteve-se a regra atual em que as empresas devem efetuar o pagamento nos primeiros 15 dias do afastamento da atividade.	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

6	MP 664/2014 - DEM - EMENDA AGLUTINATIVA 5	Faixas de pagamento de pensão por morte	DEM	Sim: 110 Não: 226 Total da Votação: 336 Art. 17: 1 Total Quorum: 337	14/05/15	163	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário rejeitou, por 226 votos a 110, o destaque do DEM que pretendia modificar as faixas de pagamento da pensão por morte segundo a idade do cônjuge. A Emenda Aglutinativa5 destacada estabelecia que a regra da pensão seria calculada de acordo com a idade do pensionista na data da concessão do benefício, depois de vertidas dezoito contribuições mensais e pelo menos dois anos após o início do casamento ou união estável: 1) 9 anos, com menos de 25 anos de idade; 2) 15 anos, entre 25 e 29 anos de idade; e 3) vitalícia, a partir de 30 anos de idade.	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
7	MP 664/2014 - DVS - PSDB - §5º DO ART. 60 DA LEI 8.213/1991 ALT. PELO ART. 3º DO PLV	Permissão para que perícia seja feita por meio de convênio	PSDB	Sim: 244 Não: 144 Abstenção: 2 Total da Votação: 390 Art. 17: 1 Total Quorum: 391	13/05/15	164	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário rejeitou, por 244 votos a 144 e 2 abstenções, o destaque do PSDB que pretendia suprimir do texto a permissão para que a perícia médica do INSS fosse feita por meio de convênio, por outros órgãos públicos e entidades privadas de serviço social, formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e outras de “comprovada idoneidade financeira e técnica”, desde que não empreguem o segurado. No entanto, o destaque foi rejeitado e manteve-se o texto do Projeto de Lei de Conversão aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados.	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
8	MP 664/2014 - DVS - PCdoB - INC. II E III DO §5º DO ART. 60 DA LEI 8.213/1991	Permissão para que perícia seja feita por meio de convênio	PCdoB	Sim: 267 Não: 144 Abstenção: 3 Total da Votação: 414 Art. 17: 1 Total Quorum: 415	14/05/15	165	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário rejeitou, por 267 votos a 144 e 3 abstenções, o destaque do PCdoB que pretendia suprimir do texto a permissão para que a perícia médica do INSS fosse feita por meio de convênio, por outros órgãos públicos e entidades privadas de serviço social, formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e outras de “comprovada idoneidade financeira e técnica”, desde que não empreguem o segurado. No entanto, o destaque foi rejeitado e manteve-se o texto do Projeto de Lei de Conversão aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados.	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

9	MP 664/2014 - DVS - DEM - ART. 77, §2º, INC. V, ALÍNEA "C" DA LEI 8.213/1991	Ato do Ministério da Previdência Social para fixar novas idades nas faixas se houver aumento da expectativa de vida	DEM	Sim: 248 Não: 143 Abstenção: 3 Total da Votação: 394 Art. 17: 1 Total Quorum: 395	14/05/15	166	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário rejeitou, por 248 votos a 143 e 3 abstenções, o destaque do DEM que pretendia suprimir do texto a possibilidade de ato do Ministério da Previdência Social fixar novas idades nas faixas se houver aumento da expectativa de vida, enquadrando mais pessoas em faixas nas quais a pensão seja paga por menos tempo ou desenquadrando aquelas com direito à pensão vitalícia. No entanto, o destaque foi rejeitado e manteve-se o texto do Projeto de Lei de Conversão aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados.	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
10	MP 664/2014 - DVS - PSDB - § 2ºB DO ART. 77 DA LEI 8.213/1991, CONST. DO ART. 3º DO PLV	Aplicação de carência para pensão	PSDB	Sim: 221 Não: 172 Abstenção: 6 Total da Votação: 399 Art. 17: 1 Total Quorum: 400	14/05/15	168	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário rejeitou, por 221 votos a 172 e 6 abstenções, o destaque do PSDB que pretendia suprimir do texto a aplicação das carências de 18 contribuições mensais ao INSS e de união estável ou casamento por dois anos para que o cônjuge possa receber pensão.	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
11	MP 665/2014 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	Novas regras de concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso para o pescador profissional artesanal	Poder Executivo	Sim: 252 Não: 227 Abstenção: 1 Total da Votação: 480 Art. 17: 1 Total Quorum: 481	06/05/2015	0135	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Seguro-Defeso do pescador profissional	O plenário aprovou, por 257 votos a 227 e 1 abstenção, o Projeto de Lei de Conversão (PLV)3/2015, que mudou as regras de concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso para o pescador profissional artesanal. O PLV muda a quantidade de meses trabalhados antes da demissão que o trabalhador terá de comprovar para solicitar o seguro-desemprego. Pelo texto aprovado, o 1º acesso ao seguro-desemprego será: 12 meses de trabalho nos 18 meses anteriores à demissão. Já o 2º acesso ao seguro-desemprego será: 9 meses de trabalho nos 12 meses anteriores à demissão. A proposta aprovada prevê que o os demais acessos serão: 6 meses ininterruptos de trabalho antes da demissão. A carência será definida pelo Codefat entre os dois pedidos, prevendo-se ainda que, para solicitar o benefício, o trabalhador demitido terá que comprovar matrícula e frequência em curso	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

								de formação habilitado pelo MEC, com carga horária mínima de 160 dias. As novas regras para o abono salarial estabelecem que o benefício será pago ao empregado que comprovar vínculo formal de no mínimo 90 dias no ano anterior ao do pagamento e preveem ainda que o valor do benefício passa a ser proporcional, da mesma forma que o 12º salário (1/12 do salário mínimo para cada mês trabalhado). Em relação ao seguro-defeso para o pescador, manteve-se o prazo de um ano de registro para o trabalhador solicitar o benefício. A MP original aumentava para três anos, com valor de um salário mínimo, recebido atualmente durante todo o período de defeso. Entretanto, o PLV restringe o pagamento a no máximo sete meses – cinco por regra e mais dois por decisão do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). O texto assegura aos pescadores o seguro-desemprego relativo ao período de defeso de 1º de abril a 31 de agosto de 2015, segundo as regras anteriores à edição da Medida Provisória.			
12	MP 665/2014 - DVS - SD - ART. 9º DA LEI 7.998/1990, MODIFICADO PELO ART. 1 DO PLV	Mudanças sobre o pagamento do abono salarial	SD	Sim: 247 Não: 220 Abstenção: 4 Total da Votação: 471 Art. 17: 1 Total Quorum: 472	06/05/2015	0136	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Seguro-Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 247 votos a 229 e 4 abstenções, o destaque do SD ao artigo 9º da Lei 7.998/90, modificado pelo artigo 1º do PLV, que pretendia excluir do texto as mudanças sobre o pagamento do abono salarial, como seu direito proporcional ao número de meses trabalhados no ano anterior (1/12). Esse destaque foi rejeitado por 247 votos a 220.	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
13	MP 665/2014 - DVS - PSB - EXPR. "CONTRATADO POR PRAZO INDETERMINADO"	Trabalhador safrista	PSB	Sim: 234 Não: 229 Abstenção: 2 Total da Votação: 465 Art. 17: 1 Total Quorum: 466	06/05/2015	0137	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Seguro-Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 234 votos a 229 e 2 abstenções, o destaque do PSB que pretendia suprimir a expressão "Contratado por prazo indeterminado" que tinha como objetivo estender o direito ao seguro-desemprego a todos os trabalhadores rurais avulsos, que trabalham por safra, em vez de apenas para os contratados por prazo indeterminado.	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

14	MP 665/2014 - DVS - DEM - ART. 3º DA LEI 7.998/90	Novas regras do seguro-desemprego	DEM	Sim: 258 Não: 195 Abstenção: 3 Total da Votação: 456 Art. 17: 1 Total Quorum: 457	07/05/2015	0139	Seguro- Desemprego, Abono Salarial e Seguro- Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 258 votos a 195 e 3 abstenções, o destaque do DEM para o artigo 3º da Lei 7.998/90, que pretendia retirar do texto as novas regras para a concessão do seguro-desemprego.	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
15	MP 665/2014 - EMENDA AGLUTINATIVA 1	Prazo para pedido de seguro-desemprego	DEM	Sim: 186 Não: 251 Abstenção: 3 Total da Votação: 440 Art. 17: 1 Total Quorum: 441	07/05/2015	0140	Seguro- Desemprego, Abono Salarial e Seguro- Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 251 votos a 186 e 3 abstenções, a Emenda Aglutinativa 1 do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), que estabelecia o prazo de oito meses de salários nos últimos 12 meses antes da demissão como requisito no primeiro pedido de seguro-desemprego. A emenda também acabava com o período maior na segunda solicitação, fixando em seis meses de trabalho o requisito para o segundo pedido em diante. Atualmente, o trabalhador dispensado sem justa causa tem direito ao seguro desemprego se tiver recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa.	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
16	MP 665/2014 - DVS - PSDB - INCISO I DO ART. 3º DA LEI 7.998/90	Novas regras do seguro-desemprego	PSDB	Sim: 253 Não: 186 Abstenção: 4 Total da Votação: 443 Art. 17: 1 Total Quorum: 444	07/05/2015	0141	Seguro- Desemprego, Abono Salarial e Seguro- Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 253 votos a 186 e 4 abstenções, o destaque do PSDB para o inciso I do artigo 3º da Lei 7.998/90, que pretendia retirar do texto as novas regras para a concessão do seguro-desemprego.	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
17	MP 665/2014 - DVS - PSDB - EMENDA 208	Prazo para pedido de seguro-desemprego	PSDB	Sim: 179 Não: 241 Abstenção: 2 Total da Votação: 422 Art. 17: 1 Total Quorum: 423	07/05/2015	0143	Seguro- Desemprego, Abono Salarial e Seguro- Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 241 votos a 179 e 2 abstenções, o destaque do PSDB que estabelecia o prazo de oito meses, nos últimos 12 meses antes da demissão, como requisito no primeiro pedido de seguro- desemprego, e a cada um dos seis meses imediatamente anteriores à data da dispensa, quando das demais solicitações. Atualmente, o trabalhador dispensado sem justa causa tem direito ao seguro desemprego se tiver recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

								equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa.			
18	MP 665/2014 - DVS - PSol – EMENDA 98	Parcela do seguro-desemprego	PSOL	Sim: 155 Não: 255 Abstenção: 7 Total da Votação: 417 Art. 17: 1 Total Quorum: 418	07/05/2015	0144	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Seguro-Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 255 votos a 155 e 7 abstenções, o destaque do PSOL que pretendia fixar em cinco parcelas o recebimento de seguro-desemprego quando se referir à primeira solicitação desse benefício.	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
19	MP 665/2014 - DVS - PPS - EMENDA 94	Carência do abono salarial	PPS	Sim: 180 Não: 241 Abstenção: 3 Total da Votação: 424 Art. 17: 1 Total Quorum: 425	07/05/2015	0145	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Seguro-Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 241 votos a 180 e 3 abstenções, o destaque do PPS que pretendia retomar o texto original da Lei 7.998, de 1990, que exigia apenas 30 (trinta) dias de exercício remunerado no ano-base, enquanto que a mudança proposta pelo governo pretendia exigir cento e oitenta dias de trabalho remunerado ininterrupto no ano-base.	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
20	MP 665/2014 - DVS - MDB - ART. 2º DO PLV	Regras para o pescador profissional	MDB	Sim: 223 Não: 180 Abstenção: 3 Total da Votação: 406 Art. 17: 1 Total Quorum: 407	07/05/2015	0146	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Seguro-Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 223 votos a 180 e 3 abstenções, o destaque do MDB que pretendia suprimir do texto as novas regras aplicadas ao pescador profissional.	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
21	MP 665/2014 - DVS - PDT - EMENDA 68	Regras para o pescador profissional	PDT	Sim: 180 Não: 244 Abstenção: 2 Total da Votação: 426 Art. 17: 1 Total Quorum: 427	07/05/2015	0147	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Seguro-Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 244 votos a 180 e 2 abstenções, o destaque do PDT que pretendia promover alterações no seguro-desemprego dos pescadores artesanais, quanto à exigência de três anos de habilitação no Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) para o pagamento do seguro. A Emenda inclui como atribuição do Ministério do Trabalho e Emprego (MET) receber e processar os requerimentos, além	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

								de habilitar os beneficiários, repassando-os ao INSS.			
22	MP 665/2014 - DVS - PSDB - § 8º DO ART. 2º DA LEI 10.779/2003	Regras para o pescador profissional	PSDB	Sim: 233 Não: 184 Abstenção: 5 Total da Votação: 422 Art. 17: 1 Total Quorum: 423	07/05/2015	0148	Seguro-Desemprego, Abono Salarial e Seguro-Defeso do pescador profissional	O plenário rejeitou, por 233 votos a 184 e 5 abstenções, o destaque do PSDB que pretendia suprimir a previsão de que não seria excluído do Registro Geral da Pesca o segurado que, em período de defeso, exercesse atividade remunerada, desde que não superior a cento e vinte dias, decorridos ou intercalados, no ano civil.	Transformada na Lei Ordinária 13.134/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
23	MP 670/2015 - DTQ. 2 DEM – EMENDA 88	Tabela do Imposto de Renda	DEM	Sim: 170 Não: 271 Abstenção: 1 Total da Votação: 442 Art. 17: 1 Total Quorum: 443	17/06/2015	0239	Reajusta tabela do Imposto de Renda	O plenário rejeitou, por 271 votos a 170 e 1 abstenção, o destaque do DEM que pretendia reajuste equânime da tabela do Imposto de Renda em 6,5% sendo como base de cálculo: Até 1.903,98 - isenta; De 1.903,99 até 2.826,65 - 7,5%/142,80; De 2.826,66 até 3.751,05 – 15%/354,80; De 3.751,06 até 4.664,68 - 22,5%/636,13; e Acima de 4.664,68 - 27,5%/869,36.	Transformada na Lei Ordinária 13.149/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
24	MP 670/2015 - DTQ. 3 PPS – EMENDA 76	Dedução de despesas com a compra de livros para professores	PPS	Sim: 222 Não: 199 Abstenção: 2 Total da Votação: 423 Art. 17: 1 Total Quorum: 424	17/06/2015	0240	Reajusta tabela do Imposto de Renda	O plenário aprovou, por 222 votos a 199 e 2 abstenções, o destaque do PPS que permitiu aos professores deduzir da base de cálculo da declaração de ajuste do IRPF as despesas com a compra de livros para si e seus dependentes.	Transformada na Lei Ordinária 13.149/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
25	MP 670/2015 - DTQ. 5 PSDB – EMENDA 16	Isenção de Pis/Pasep e da Cofins sobre o óleo diesel	PSDB	Sim: 231 Não: 143 Total da Votação: 374 Art. 17: 1 Total Quorum: 375	17/06/2015	0241	Reajusta tabela do Imposto de Renda	O plenário aprovou, por 231 votos a 143, o destaque do PSDB que concedeu isenção de PIS/Pasep e da Cofins sobre o óleo diesel. Na época, a emenda do deputado Valdir Collato (MDB-SC) atendeu à reivindicação do movimento dos caminhoneiros para diminuir os custos da categoria.	Transformada na Lei Ordinária 13.149/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

26	MP 672/2015 - EMENDA AGLUTINATIVA 1	Reajuste de aposentadorias acima de um salário mínimo	Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)	Sim: 206 Não: 179 Abstenção: 4 Total da Votação: 389 Art. 17: 1 Total Quorum: 390	24/06/2015	0248	Política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social para o período de 2016 a 2019	O plenário aprovou, por 206 votos a 179 e 4 abstenções, destaque do SD da Emenda Aglutinativa1, resultante da fusão das emendas 1, 11 e 15 apresentadas à Medida Provisória, que permitiu a extensão dos reajustes aos benefícios de valor superior a um salário mínimo pagos pela Previdência Social (aposentadorias e pensões).	Transformada na Lei Ordinária 13.152/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
27	MP 672/2015 - DTQ 13: PSDB - EMENDA 65	Reajuste do salário mínimo	PSDB	Sim: 119 Não: 279 Total da Votação: 398 Art. 17: 1 Total Quorum: 399	24/06/2015	0249	Política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social para o período de 2016 a 2019	O plenário rejeitou, por 279 votos a 119, o destaque do PSDB que pretendia incluir a média dos últimos cinco anos, quando ela for maior que o PIB do ano referência, como parâmetro de acréscimo da política de valorização do salário mínimo.	Transformada na Lei Ordinária 13.152/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
28	MP 672/2015 - DTQ 9: PSB - EMENDA 107	Reajuste do salário mínimo	PSB	Sim: 156 Não: 228 Abstenção: 1 Total da Votação: 385 Art. 17: 1 Total Quorum: 386	24/06/2015	0251	Política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social para o período de 2016 a 2019	O plenário rejeitou, por 228 votos a 156 e 1 abstenção, o destaque do PSB que pretendia garantir percentual mínimo de 2% de reajuste do salário mínimo.	Transformada na Lei Ordinária 13.152/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

29	MP 672/2015 - DTQ 11: PSDB - EMENDA 48	Reajuste do salário mínimo	PSDB	Sim: 161 Não: 236 Total da Votação: 397 Art. 17: 1 Total Quorum: 398	24/06/2015	0252	Política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social para o período de 2016 a 2019	O plenário rejeitou, por 236 votos a 161, o destaque do PSDB que pretendia garantir percentual mínimo de 1% de reajuste do salário mínimo.	Transformada na Lei Ordinária 13.152/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
30	MP 672/2015 - DTQ 2: PTB - EMENDA 16	Publicação de decreto de reajuste do salário mínimo	PTB	Sim: 125 Não: 237 Abstenção: 1 Total da Votação: 363 Art. 17: 1 Total Quorum: 36	24/06/2015	0253	Política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social para o período de 2016 a 2019	O plenário rejeitou, por 237 votos a 125 e 1 abstenção, o destaque do PTB que pretendia suprimir dispositivo que determinava que os índices de aumento seriam publicados por decreto do Executivo anualmente.	Transformada na Lei Ordinária 13.152/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
31	MP676/2015 - DTQ 1: PPS - EMENDA 65	Desaposentação	PPS	Sim: 174 Não: 166 Abstenção: 1 Total da Votação: 341 Art. 17: 1 Total Quorum: 342	30/09/2015	0406	Alternativa ao fator previdenciário (regra 85/95)	O plenário aprovou, por 174 votos a 166 e 1 abstenção, destaque do PPS que introduziu na lei o dispositivo da “desaposentação”, pelo qual é feito um recálculo da aposentadoria após a pessoa ter continuado a trabalhar depois de se aposentar.	Transformada na Lei Ordinária 13.183/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
32	MP 676/2015 - DTQ 4: PSB – EMENDA 168	Trabalhador rural - seguro-desemprego	PSB	Sim: 214 Não: 199 Abstenção: 7 Total da Votação: 420 Art. 17: 1 Total Quorum: 421	30/09/2015	0408	Alternativa ao fator previdenciário (regra 85/95)	O plenário aprovou, por 214 votos a 199 e 7 abstenções, destaque do PSB da Emenda 168, de autoria do senador Paulo Rocha (PT-PA), que estende as regras do seguro-desemprego para o trabalhador rural vetado no art. 4º-A da Lei 7.998, de 1990, apresentado no Projeto de Conversão à MP665/2015. A emenda prevê que terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador rural desempregado dispensado sem justa causa que comprove: a) ter recebido salários de pessoa jurídica ou de	Transformada na Lei Ordinária 13.183/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

								pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data de dispensa; b) não ter exercido, no período aquisitivo, atividade remunerada fora do âmbito rural; c) encontrar-se em situação de desemprego involuntário; d) não estar em gozo de nenhum benefício previdenciário ou assistencial de natureza continuada, exceto pensão por morte e auxílio-acidente; e e) não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente para sua manutenção e de sua família. O período computado para a concessão do benefício não poderá ser utilizado para pleitear novo benefício de seguro-desemprego. O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador rural desempregado, por período máximo variável de 3 (três) a 5 (cinco) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à última habilitação. O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas, e sobre os valores do seguro-desemprego pagos ao empregado rural deverá ser descontada a contribuição previdenciária, com alíquota de 8% (oito por cento), devendo esse período ser contado para efeito de concessão de benefícios previdenciários. A comprovação referida no caput e os critérios para a definição do número de parcelas serão determinados em Resolução do CODEFAT.				
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

33	MP 746/2016 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO 34/2016	Reforma do Ensino Médio	Poder Executivo	Sim: 263 Não: 106 Abstenção: 3 Total da Votação: 372 Art. 17: 1 Total Quorum: 373	07/12/2016	0383	Reforma do Ensino Médio	O plenário aprovou, por 263 votos a 106 e 3 abstenções, o Projeto de Lei de Conversão (PLV)34/2016, da reforma do ensino médio. Segundo a proposta aprovada, o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos correspondentes a essas áreas do conhecimento: linguagem e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; e formação técnica e profissional. Cada sistema de ensino organizará essas áreas e as respectivas competências e habilidades esperadas do aluno segundo seus próprios critérios. Poderá haver uma integração de componentes curriculares da base comum com disciplinas dessas áreas e, após a conclusão de um itinerário formativo, os alunos poderão cursar outro, se houver vaga. Todas as regras valerão para as redes de ensino público e privado, mas o cronograma de implementação terá de ser elaborado no primeiro ano letivo seguinte à data de publicação da BNCC. A implementação, entretanto, ocorrerá no segundo ano letivo depois da homologação dessa base curricular. Inclui, com aprovação da Emenda 24, como disciplinas obrigatórias: Artes e Educação Física, que haviam sido excluídas pelo texto original da MP. Entre as línguas estrangeiras, o Espanhol não será mais obrigatório, diferente do Inglês, que continua obrigatório a partir do sexto ano do ensino fundamental. Já as disciplinas de Filosofia e Sociologia, que tinham sido excluídas, passarão a ser obrigatórias apenas na BNCC. O PLV estabelece uma transição para o ensino médio em tempo integral. Em cinco anos, a ampliação será das atuais 800 horas anuais para 1.000 horas. Após isso, a meta será de 1,4 mil horas ao ano, mas o texto não estipula prazo. Nos três anos do	Transformada na Lei Ordinária 13.415/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
----	---	-------------------------	-----------------	---	------------	------	-------------------------	--	---	--	---

								ensino médio, a carga horária total destinada à BNCC não poderá ser maior que 1.880 horas. A inclusão de novas disciplinas obrigatórias na base comum dependerá da aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação do ministro da Educação, mas, segundo o projeto de conversão, não precisarão mais ser ouvidos o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional de Dirigentes de Educação (Undime). A organização do ensino médio poderá ser na forma de módulos ou em sistema de créditos com terminologia específica. ¹Dentre as modificações durante a tramitação no plenário da Câmara dos Deputados, destaque para a aprovação, por 324 votos a 4 e 1 abstenção, do destaque do DEM da Emenda²⁴, de autoria do Deputado André Figueiredo (PDT-CE), que incluiu na base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio a obrigatoriedade de estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.			
34	MP746/2016 - DTQ. 11 - PT- §2º DO ART. 5º DA EMENDA 547 COM VISTAS ...	Recursos para implementação das escolas de ensino médio em tempo integral	PT	Sim: 121 Não: 192 Abstenção: 1 Total da Votação: 314 Art. 17: 1 Total Quorum: 315	13/12/2016	0386	Reforma do Ensino Médio	O plenário rejeitou, por 192 votos a 121 e 1 abstenção, o destaque do PT que pretendia garantir a implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, cujos repasses não podem implicar em redução de outras formas de apoio ao desenvolvimento de ensino, devendo ser acrescidos aos repasses do Fundeb, sob pena de canibalização entre as unidades e sistemas de ensino.	Transformada na Lei Ordinária 13.415/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
35	MP 746/2016 - DTQ. 23: PTN – EMENDA 22	Educação política e noções de cidadania	PTN	Sim: 120 Não: 171 Total da Votação: 291 Art. 17: 1 Total Quorum: 292	13/12/2016	0387	Reforma do Ensino Médio	O plenário rejeitou, por 171 votos a 120, o destaque do PTN que pretendia incluir a educação política e noções de cidadania como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica.	Transformada na Lei Ordinária 13.415/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

36	MP 746/2016 - DTQ. 4: PCdoB - §11 E SEUS INCISOS, DO ART. 36 DA LEI 9394/1996...	Convênios para educação a distância	PCdoB	Sim: 229 Não: 124 Abstenção: 1 Total da Votação: 354 Art. 17: 1 Total Quorum: 355	13/12/2016	0388	Reforma do Ensino Médio	O plenário rejeitou, por 229 votos a 124 e 1 abstenção, o destaque do PCDOB que pretendia suprimir a possibilidade de firmar convênios com instituições de educação a distância para cumprimento das exigências curriculares do ensino médio.	Transformada na Lei Ordinária 13.415/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
37	MP 746/2016 - DTQ. 5: PSol - EMENDA16	Currículo da educação básica	PSol	Sim: 148 Não: 208 Total da Votação: 356 Art. 17: 1 Total Quorum: 357	13/12/2016	0389	Reforma do Ensino Médio	O plenário rejeitou, por 208 votos a 148, o destaque do PSOL que pretendia incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos três anos do ensino médio.	Transformada na Lei Ordinária 13.415/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
38	MP 746/2016 - DTQ. 6 - PDT – EMENDA 183	Gestão de unidades escolares - terceirização	PDT	Sim: 112 Não: 230 Total da Votação: 342 Art. 17: 1 Total Quorum: 343	13/12/2016	0392	Reforma do Ensino Médio	O plenário rejeitou, por 230 votos a 112, o destaque do PDT que pretendia proibir repasse de recursos para entidades e organizações sociais para celebração de contratos ou termos congêneres voltados à gestão de unidades escolares. A emenda impede que os recursos da Política de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio sejam usados para a terceirização do ensino médio, o que poderia levar à precarização do trabalho do professor e da própria educação.	Transformada na Lei Ordinária 13.415/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
39	MP 751/2016 - DTQ 1: PT – EMENDA 34	Habitação rural	PT	Sim: 245 Não: 179 Abstenção: 1 Total da Votação: 425 Art. 17: 1 Total Quorum: 426	28/03/2017	0050	Cartão Reforma - MCMV	O plenário rejeitou, por 245 votos a 179 e 1 abstenção, o destaque do PT que pretendia que o Programa Cartão Reforma destinasse, no mínimo, 20% de seus recursos e subvenções para atender às famílias que residam em zona rural.	Transformada na Lei Ordinária 13.439/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
40	MP 791/2017 - DTQ 1 - PT - EMENDA 93	Consulta pública sobre atos de agência de mineração - consulta popular	PT	Sim: 153 Não: 109 Total da Votação: 262 Art. 17: 1 Total Quorum: 263	22/11/2017	0390	Agência Nacional de Mineração	O plenário aprovou, por 153 votos a 109, o destaque do PT para dar transparência aos atos normativos da Agência Nacional de Mineração (ANM) que afetarem direitos de agentes econômicos, das comunidades impactadas e dos trabalhadores do setor de mineração. Esses atos deverão ser sempre acompanhados da exposição formal dos motivos que os justifiquem, bem como submetidos a consulta ou audiência pública, conforme o regulamento.	Transformada na Lei Ordinária 13.575/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

41	MP 795/2017 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO 36/2017	Isenção de impostos para petroleiras estrangeiras (MPV da Shell)	Poder Executivo	Sim: 208 Não: 184 Total da Votação: 392 Art. 17: 1 Total Quorum: 393	29/11/2017	0409	Empresa Pública	O plenário aprovou, por 208 votos a 184, o Projeto de Lei de Conversão (PLV)36/2017 que criou um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. Dentre os pontos polêmicos dessa proposta, o relator, deputado Júlio Lopes, ampliou a isenção de tributos para as petroleiras estrangeiras até 31 de dezembro de 2040 ao invés da isenção até 31 de julho de 2022, enviada pelo Poder Executivo. O plenário aprovou o texto base enviado pela comissão mista do Congresso Nacional.	Transformada na Lei Ordinária 13.586/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
42	MP 795/2017 - DTQ 6 - PDT - ART. 1º DO PLV	Dedução da base de cálculo do IR e CSLL das despesas com as atividades de exploração e produção de jazidas.	PDT	Sim: 232 Não: 185 Total da Votação: 417 Art. 17: 1 Total Quorum: 418	05/12/2017	0416	Empresa Pública	O plenário rejeitou, por 232 votos a 185, o destaque do PDT que pretendia suprimir a permissão para que as petroleiras deduzam da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) as despesas com as atividades de exploração e produção de jazidas.	Transformada na Lei Ordinária 13.586/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
43	MP 795/2017 - DTQ 8 - PSol - ART. 5º DO PLV	Exclusão da isenção tributária para importação de bens pelas petroleiras estrangeiras.	PSol	Sim: 241 Não: 183 Abstenção: 2 Total da Votação: 426 Art. 17: 1 Total Quorum: 427	05/12/2017	0418	Empresa Pública	O plenário rejeitou, por 241 votos a 183 e 2 abstenções, o destaque do PSOL que pretendia suprimir o artigo para excluir a isenção de tributos até 2040 para importação de bens que terão permanência definitiva no País, se destinados a essas atividades. Como o destaque foi rejeitado, manteve-se a isenção de tributos para importação até 2040.	Transformada na Lei Ordinária 13.586/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
44	MP 795/2017 - DTQ 11 - PV - ART. 7º DO TEXTO ORIGINAL DA MP	Redução do prazo de isenção de impostos para as petroleiras estrangeiras.	PV	Sim: 123 Não: 222 Abstenção: 4 Total da Votação: 349 Art. 17: 1 Total Quorum: 350 Obstrução: 19	05/12/2017	0419	Empresa Pública	O plenário rejeitou, por 222 votos a 123 e 4 abstenções, o destaque do PV que pretendia retomar a suspensão de tributos até 31 de julho de 2022 ao invés da suspensão de tributos até 31 de dezembro de 2040, ampliada pelo relator na Comissão Mista, deputado Júlio Lopes (PP-RJ). O destaque foi rejeitado e manteve-se o prazo até 2040 para a importação de bens destinados à exploração de petróleo.	Transformada na Lei Ordinária 13.586/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

45	MP 795/2017 - EMENDA DO SENADO FEDERAL	Redução do prazo de isenção de impostos para as petroleiras estrangeiras.	Senado Federal	Sim: 193 Não: 206 Abstenção: 2 Total da Votação: 401 Art. 17: 1 Total Quorum: 402 Obstrução: 6	13/12/2017	0437	Empresa Pública	O plenário rejeitou, por 206 votos a 193 e 2 abstenções, a emenda do Senado Federal que pretendia limitar a 31 de julho de 2022 os benefícios do regime especial de importação de bens a serem usados na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. O plenário da Câmara rejeitou a emenda do Senado e manteve, até 31 de dezembro de 2040, a isenção de impostos para petroleiras estrangeiras.	Transformada na Lei Ordinária 13.586/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
46	PEC 171/1993 - SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO ESPECIAL	Redução da maioria penal de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos, de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, tráfico de drogas e roubo.	Deputado Benedito Domingos (PP-DF)	Sim: 303 Não: 184 Abstenção: 3 Total da Votação: 490 Art. 17: 1 Total Quorum: 491	30/06/2015	0271	Majoridade penal	O plenário rejeitou, por 303 votos a 184 e 3 abstenções, o Substitutivo da Comissão Especial que previa a redução da maioria penal de 18 para 16 anos para outros crimes (hediondos, de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte, tráfico de drogas e roubo).	Tramita no Senado Federal como PEC 115/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
47	PEC 171/1993 - EMENDA AGLUTINATIVA 16	Redução da maioria penal de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos, de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.	Deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e André Moura (PSC-SE)	Sim: 323 Não: 155 Abstenção: 2 Total da Votação: 480 Art. 17: 1 Total Quorum: 481 Obstrução: 4	02/07/2015	0278	Majoridade penal	O plenário aprovou, por 323 votos a 155 e 1 abstenção, a Emenda Aglutinativa16, de autoria dos deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e André Moura (PSC-SE), que reduziu a idade penal de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos, de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.	Tramita no Senado Federal como PEC 115/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

48	PEC 171/1993 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – 2º TURNO	Redução da maioria penal de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos, de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.	Deputado Benedito Domingos (PP-DF)	Sim: 320 Não: 152 Abstenção: 1 Total da Votação: 473 Art. 17: 1 Total Quorum: 474	19/08/2015	0331	Maioridade penal	O plenário aprovou, por 320 votos a 152 e 1 abstenção, em segundo turno, a Emenda Aglutinativa16, que reduziu a idade penal de 18 para 16 anos em caso de crimes hediondos, de homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.	Tramita no Senado Federal como PEC 115/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
49	PEC 182/2007 - EMENDA AGLUTINATIVA 2	Sistema Eleitoral / Sistema Distrital Misto	Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG)	Sim: 99 Não: 369 Abstenção: 2 Total da Votação: 470 Art. 17: 1 Total Quorum: 471	26/05/2015	0191	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 369 votos a 99 e 2 abstenções, a Emenda Aglutinativa2, que pretendia instituir o distrital misto como sistema eleitoral. Segundo esse sistema, a metade dos deputados e vereadores seria eleita por lista e a outra metade seria eleita pelo critério de candidatos mais votados em cada distrito. Atualmente a Constituição determina que os deputados e vereadores são eleitos pelo sistema proporcional: as vagas são preenchidas de acordo com a votação do partido ou coligação. Feito esse cálculo, o partido ocupa as vagas entre os mais votados.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
50	PEC 182/2007 - ART. 1º DO SUBSTITUTIVO	Sistema Eleitoral / Distritão	*Deputado Mendonça Filho (DEM-PE) - Requerimento aprovado de votação artigo por artigo do substitutivo do relator, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), proferido no plenário da Câmara	Sim: 210 Não: 267 Abstenção: 5 Total da Votação: 482 Art. 17: 1 Total Quorum: 483	26/05/2015	0193	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 267 votos a 210 e 5 abstenções, substitutivo que pretendia instituir o distritão como sistema eleitoral. Segundo esse sistema, são eleitos os deputados mais votados nos estados e os vereadores mais votados nos municípios. Atualmente a Constituição determina que os deputados e vereadores são eleitos pelo sistema proporcional: as vagas são preenchidas de acordo com a votação do partido ou coligação. Feito esse cálculo, o partido ocupa as vagas entre os mais votados.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

			dos Deputados								
51	PEC 182/2007 - EMENDA AGLUTINATIVA22	Financiamento de Campanha / Extensivo à Pessoa Jurídica	Deputado Sergio Souza (MDB-PR)	Sim: 264 Não: 207 Abstenção: 4 Total da Votação: 475 Art. 17: 1 Total Quorum: 476	26/05/2015	0194	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 264 votos a 207 e 4 abstenções, a Emenda Aglutinativa22, que estabelecia financiamento público e doação de empresas e pessoas físicas a candidatos e partidos políticos. Atualmente, a legislação estabelece que o financiamento de campanha é misto: dinheiro público e de doações de pessoas físicas para candidatos e partidos políticos.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
52	PEC 182/2007 - EMENDA AGLUTINATIVA 10	Financiamento de Campanha / Público e Privado-Restrito à Pessoa Física	Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ)	Sim: 164 Não: 240 Abstenção: 66 Total da Votação: 470 Art. 17: 1 Total Quorum: 471	27/05/2015	0197	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 240 votos a 164 e 66 abstenções, a Emenda Aglutinativa10 que pretendia estabelecer o financiamento público e doações apenas de pessoas físicas para candidatos e partidos políticos. Atualmente, a legislação estabelece que o financiamento de campanha é misto: dinheiro público e de doações de pessoas físicas para candidatos e partidos políticos.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

53	PEC 182/2007 - EMENDA AGLUTINATIVA 28	Financiamento de Campanha / Privado	Deputado Celso Russomanno (PRB-SP)	Sim: 330 Não: 141 Abstenção: 1 Total da Votação: 472 Art. 17: 1 Total Quorum: 473 Obstrução: 4	27/05/2015	0199	Reforma Política	O plenário aprovou, por 330 votos a 141 e 1 abstenção, a Emenda Aglutinativa 28 que estabeleceu o financiamento público e doações de empresas e pessoas físicas a partidos e pessoas físicas a candidatos. Atualmente, a legislação estabelece que o financiamento de campanha é misto: dinheiro público e de doações de pessoas físicas para candidatos e partidos políticos.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
54	PEC 182/2007 - ARTIGO 8º DO SUBSTITUTIVO - VOTO FACULTATIVO	Voto Facultativo	*Deputado Mendonça Filho (DEM-PE) - Requerimento aprovado de votação artigo por artigo do substitutivo do relator, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), proferido no plenário da Câmara dos Deputados	Sim: 134 Não: 311 Abstenção: 3 Total da Votação: 448 Art. 17: 1 Total Quorum: 449	10/06/2015	0215	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 311 votos a 134 e 3 abstenções, o voto facultativo para todas as idades. Com a rejeição, o voto continua obrigatório para os maiores de 18 anos.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

55	PEC 182/2007 - EMENDA AGLUTINATIVA 48	Tempo de Mandato e Coincidência Escalonada das Eleições	*Deputado Mendonça Filho (DEM-PE) - Requerimento aprovado de votação artigo por artigo do substitutivo do relator, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), proferido no plenário da Câmara dos Deputados	Sim: 348 Não: 110 Abstenção: 3 Total da Votação: 461 Art. 17: 1 Total Quorum: 462	10/06/2015	0216	Reforma Política	O plenário aprovou, por 348 votos a 110 e 3 abstenções, o destaque da Emenda Aglutinativa48, que define o tempo de mandato de 5 anos e a coincidência das eleições para todos os cargos.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
56	PEC 182/2007 - EMENDA AGLUTINATIVA54	Coincidência das Eleições	*Deputado Mendonça Filho (DEM-PE) - Requerimento aprovado de votação artigo por artigo do substitutivo do relator, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), proferido no plenário da Câmara dos Deputados	Sim: 220 Não: 225 Abstenção: 3 Total da Votação: 448 Art. 17: 1 Total Quorum: 449	10/06/2015	0218	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 225 votos a 220 e 3 abstenções, o destaque da Emenda Aglutinativa54, que pretendia estabelecer eleições municipais e gerais em um único ano.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

57	PEC 182/2007 - EMENDA AGLUTINATIVA 57	Cota para Mulheres	Deputada Elcione Barbalho (MDB-PA)	Sim: 293 Não: 101 Abstenção: 53 Total da Votação: 447 Art. 17: 1 Total Quorum: 448	16/06/2015	0226	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 293 votos a 101 e 53 abstenções, a Emenda Aglutinativa 57, que pretendia, nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas dos Estados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais, para o período de três legislaturas consecutivas, assegurar a eleição mínima de membros de cada sexo na circunscrição eleitoral respectiva, nos seguintes percentuais, desprezada a fração: a) 10% na primeira legislatura; b) 12% na segunda legislatura; e c) 15% na terceira legislatura. Segundo o dispositivo, caso os percentuais não sejam atingidos pelo sistema proporcional, aplicar-se-á o princípio majoritário para as vagas remanescentes.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
58	PEC 182/2007 - ARTIGO 14 DO SUBSTITUTIVO - FEDERAÇÃO PARTIDÁRIA	Federação Partidária	*Deputado Mendonça Filho (DEM-PE) - Requerimento aprovado de votação artigo por artigo do substitutivo do relator, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), proferido no plenário da Câmara dos Deputados	Sim: 157 Não: 277 Abstenção: 7 Total da Votação: 441 Art. 17: 1 Total Quorum: 442	16/06/2015	0228	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 277 votos a 157 e 7 abstenções, a redação do artigo 14, do substitutivo, que pretendia criar mecanismo pelo qual os partidos que se unem antes das eleições permaneçam assim durante a legislatura. Segundo o texto, seria assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações e federações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. Os partidos que constituírem federação para a disputa de eleições integrarão, até o fim da legislatura que se seguir ao pleito, o mesmo bloco parlamentar durante todo o mandato.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

59	PEC 182/2007 - EMENDA AGLUTINATIVA 29	Janela Partidária	*Deputado Mendonça Filho (DEM-PE) - Requerimento aprovado de votação artigo por artigo do substitutivo do relator, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), proferido no plenário da Câmara dos Deputados	Sim: 317 Não: 139 Abstenção: 6 Total da Votação: 462 Art. 17: 1 Total Quorum: 463	17/06/2015	0235	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 317 votos a 139 e 6 abstenções, a Emenda Aglutinativa 29, que facultou ao detentor de mandato eletivo se desligar do partido pelo qual foi eleito nos trinta dias seguintes à promulgação da Emenda à Constituição, sem prejuízo do mandato, não sendo essa desfiliação considerada para fins de distribuição de recursos do fundo partidário e do acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.	Transformada na Emenda Constitucional 91/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
60	PEC 241/2016 - SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO ESPECIAL - 1º TURNO	Novo regime fiscal	Poder Executivo	Sim: 366 Não: 111 Abstenção: 2 Total da Votação: 479 Art. 17: 1 Total Quorum: 480	10/10/2016	0285	Teto de Gastos	O plenário aprovou, por 366 votos a 111 e 2 abstenções, em 1º turno, o Substitutivo da Comissão Especial, para a PEC 241/2016, que institui o novo regime fiscal e estabelece um teto de gastos por 20 anos dos investimentos públicos. O mecanismo determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).	Transformada na Emenda Constitucional 95/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
61	PEC 241/2016 - DTQ 4: PT – EMENDA 19	Exclui despesas com saúde, assistência e educação	PT	Sim: 103 Não: 303 Total da Votação: 406 Art. 17: 1 Total Quorum: 407	11/10/2016	0292	Teto de Gastos	O plenário rejeitou, por 303 votos a 103, destaque do PT que pretendia excluir do teto de gastos as despesas com saúde, inclusive os percentuais mínimos de aplicação, conforme o artigo 198 da Constituição Federal, a assistência social e a educação, inclusive os percentuais mínimos de aplicação, conforme o artigo 212 da Constituição Federal.	Transformada na Emenda Constitucional 95/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

62	PEC 241/2016 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO - 2º TURNO	Novo regime fiscal	Poder Executivo	Sim: 359 Não: 116 Abstenção: 2 Total da Votação: 477 Art. 17: 1 Total Quorum: 478	25/10/2016	0315	Teto de Gastos	O plenário aprovou, por 359 votos a 116 e 2 abstenções, em 2º turno, o Substitutivo da Comissão Especial, para a PEC 241/2016, que institui o novo regime fiscal e estabelece um teto de gastos por 20 anos dos investimentos públicos. O mecanismo determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).	Transformada na Emenda Constitucional 95/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
63	PEC 282/2016 - DTQ. 14: PT - EXP. "E ESTABELECEER REGRAS SOBRE ESCOLHA, FORMAÇÃO..."	Regras sobre órgãos provisórios de partidos	PT	Sim: 311 Não: 107 Total da Votação: 418 Art. 17: 1 Total Quorum: 419	20/09/2017	0298	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 311 votos a 107, destaque do PT que pretendia excluir do texto a determinação de que os partidos têm autonomia para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios. Essas direções provisórias ocorrem geralmente depois de intervenção do diretório nacional e foram questionadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que deu prazo para o fim das mesmas.	Transformada na Emenda Constitucional 97/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
64	PEC 282/2016 - DTQ. 1: PSol - EXPR. "E ESTABELECEER REGRAS SOBRE ESCOLHA, FORMAÇÃO E DURAÇÃO..."	Regras sobre órgãos provisórios de partidos	PSol	Sim: 326 Não: 104 Total da Votação: 430 Art. 17: 1 Total Quorum: 431	27/09/2017	0318	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 326 votos a 104, destaque do PSOL que pretendia excluir do texto a determinação de que os partidos têm autonomia para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios. Essas direções provisórias ocorrem geralmente depois de intervenção do diretório nacional e foram questionadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que deu prazo para o fim das mesmas.	Transformada na Emenda Constitucional 97/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
65	PEC 282/2016 - DTQ. 4: PP - ART. 17-A, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ALTERADO PELO ART.1º DO SUBSTIT	Federação partidária	PP	Sim: 143 Não: 280 Total da Votação: 423 Art. 17: 2 Total Quorum: 425	27/09/2017	0320	Reforma Política	O plenário aprovou, por 280 votos a 143, destaque do PP que excluiu todo o artigo que cria a federação partidária, destinada a permitir aos partidos se associarem para disputar as eleições proporcionais, contanto que continuem assim durante a legislatura, sob pena de perda de recursos do Fundo Partidário e de tempo de propaganda partidária.	Transformada na Emenda Constitucional 97/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

66	PEC 395/2014 - SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO ESPECIAL - 1º TURNO	Autorização para universidades públicas cobrarem por curso	Deputado Alex Canziani (PTB-PR)	Sim: 318 Não: 129 Abstenção: 4 Total da Votação: 451 Art. 17: 1 Total Quorum: 452	21/10/2015	0440	Mensalidade em universidade pública	O plenário aprovou, por 318 votos a 129 e 4 abstenções, em 1º turno, o Substitutivo da Comissão Especial que autoriza universidades públicas e institutos federais a cobrarem por cursos de extensão, pós- graduação lato sensu (especializações) e de mestrado profissional, exceções para as quais se faculta sua oferta não gratuita, respeitada a autonomia universitária.	Arquivada	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
67	PEC 395/2014 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO - 2º TURNO	Autorização para universidades públicas cobrarem por curso	Deputado Alex Canziani (PTB-PR)	Sim: 304 Não: 139 Abstenção: 2 Total da Votação: 445 Art. 17: 1 Total Quorum: 446	29/03/2017	0054	Mensalidade em universidade pública	O plenário rejeitou, por 304 votos a 139 e 2 abstenções, em 2º turno, o Substitutivo da Comissão Especial e redação dada com a aprovação do DVS do DEM que autorizava as universidades públicas e institutos federais a cobrarem por cursos de extensão, pós- graduação lato sensu (especializações). Em função do resultado da votação, a matéria foi arquivada.	Arquivada	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
68	PEC 4/2015 - SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO ESPECIAL - 1º TURNO	Prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU)	Deputado André Figueiredo (PDT-CE)	Sim: 334 Não: 90 Abstenção: 2 Total da Votação: 426 Art. 17: 1 Total Quorum: 427	02/06/2016	0166	DRU	O plenário aprovou, por 334 votos a 90 e 2 abstenções, em 1º turno, o Substitutivo da Comissão Especial que prorroga a desvinculação de receitas da União (DRU). A vigência será até 2023, com permissão para que a União utilize livremente 30% das receitas obtidas com taxas, contribuições sociais e de intervenção sobre o domínio econômico (Cide), que hoje são destinadas, por determinação constitucional ou legal, a órgãos, fundos e despesas específicos.	Transformada na Emenda Constitucional 93/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
69	PEC 4/2015 - DTQ 6: PSol: VOTAÇÃO EM SEPARADO DA EXP. "ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, SEM PREJUÍZO	Proíbe desvinculação das receitas advindas das contribuições sociais	PSol	Sim: 327 Não: 93 Abstenção: 2 Total da Votação: 422 Art. 17: 1 Total Quorum: 423	02/06/2016	0167	DRU	O plenário rejeitado, por 327 votos a 93 e 2 abstenções, o destaque do PSOL que pretendia suprimir do Substitutivo a possibilidade de desvinculação das receitas advindas das contribuições sociais.	Transformada na Emenda Constitucional 93/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

70	PEC 4/2015 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO - 2º TURNO	Prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU)	Deputado André Figueiredo (PDT-CE)	Sim: 340 Não: 96 Abstenção: 1 Total da Votação: 437 Art. 17: 1 Total Quorum: 438	08/06/2016	0176	DRU	O plenário aprovou, por 340 votos a 96 e 1 abstenção, em 2º turno, o Substitutivo da Comissão Especial que prorroga a desvinculação de receitas da União (DRU). A vigência será até 2023, com permissão para que a União utilize livremente 30% das receitas obtidas com taxas, contribuições sociais e de intervenção sobre o domínio econômico (Cide), que hoje são destinadas, por determinação constitucional ou legal, a órgãos, fundos e despesas específicos.	Transformada na Emenda Constitucional 93/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
71	PEC4/2015 - DTQ. 2 - PSol - EXP. "ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS, SEM PREJUÍZO...	Proíbe desvinculação das receitas advindas das contribuições sociais	PSol	Sim: 326 Não: 99 Abstenção: 1 Total da Votação: 426 Art. 17: 1 Total Quorum: 427	08/06/2016	0177	DRU	O plenário rejeitou, por 326 votos a 99 e 1 abstenção, o destaque do PSOL que pretendia suprimir do Substitutivo a possibilidade de desvinculação das receitas advindas das contribuições sociais.	Transformada na Emenda Constitucional 93/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
72	PEC 77/2003 - ART. 45, CONST. DO ART. 2º DO SUBSTITUTIVO, E ART. 3º DO SUBST...	Distritão para as eleições de 2018	MDB	Sim: 205 Não: 238 Abstenção: 1 Total da Votação: 444 Art. 17: 1 Total Quorum: 445 Obstrução: 1	19/09/2017	0290	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 238 votos a 205 e 1 abstenção, o destaque que pretendia estabelecer o voto majoritário (conhecido como distritão) para as eleições de 2018 e 2020 e, a partir de 2022, criava o sistema distrital misto, que combina voto majoritário e voto em lista preordenada pelos partidos nas eleições proporcionais. Para que fosse aprovado, o texto precisava do apoio de 3/5 do plenário, ou 308 votos.	Aguarda votação no plenário da Câmara dos Deputados	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
73	PL 2.016/2015 - EMENDA AGLUTINATIVA 4	Ideologia	Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)	Sim: 362 Não: 85 Abstenção: 3 Total da Votação: 450 Art. 17: 1 Total Quorum: 451	12/08/2015	0320	Tipifica terrorismo	O plenário aprovou, por 362 votos a 85 e 3 abstenções, a Emenda Aglutinativa 4, que retirou da definição do terrorismo os atos previstos por razões de ideologia. A proposta considera terrorismo como ato praticado por um ou mais indivíduos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz ou a incolumidade pública. A pena prevista é de 12 a 30 anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou violência e, ainda, prevê pena para quem promover, constituir, integrar ou prestar	Transformado na Lei Ordinária 13.260/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

								auxílio, pessoalmente ou por interposta pessoa, a organização terrorista, de 5 a 8 anos, e multa.			
74	PL 4.148/2008 - SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DA CDEIC	Acaba com a exigência do símbolo da transgenia nos rótulos dos produtos	Deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS)	Sim: 320 Não: 135 Abstenção: 2 Total da Votação: 457 Art. 17: 1 Total Quorum: 458	28/04/2015	0122	Transgenia em rótulos de produtos	O plenário aprovou, por 320 votos a 135 e 2 abstenções, a Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que acaba com a exigência do símbolo da transgenia nos rótulos dos produtos com organismos geneticamente modificados (OGM), como óleo de soja, fubá e outros produtos derivados.	Tramita no Senado Federal como PLC 34/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
75	PL 4.302/1998 - SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL	Terceirização	Poder Executivo	Sim: 232 Não: 188 Abstenção: 8 Total da Votação: 428 Art. 17: 1 Total Quorum: 429	22/03/2017	0045	Regulamentação da terceirização	O plenário aprovou, por 231 votos a 188 e 8 abstenções, o parecer pela aprovação do substitutivo do Senado Federal, que trata sobre as relações de trabalho na empresa de trabalho temporário e na empresa de prestação de serviços a terceiros. A proposta aprovada libera a prática da terceirização em todas as atividades da empresa e prevê ainda a possibilidade da “quarteirização”, a ampliação dos contratos temporários para até nove meses e a responsabilização subsidiária (não solidária) da empresa tomadora, dentre outros pontos.	Transformado na Lei Ordinária 13.429/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

76	PL 4.330/2004 - SUBEMENDA SUBSTITUTIVA	Regulamentação da terceirização	Deputado Sandro Mabel (PL-GO)	Sim: 324 Não: 137 Abstenção: 2 Total da Votação: 463 Art. 17: 1 Total Quorum: 464	08/04/2015	0097	Regulamentação da terceirização	O plenário aprovou, por 324 votos a 137 e 2 abstenções, a Subemenda Substitutiva apresentada pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), que regulamentou a terceirização para qualquer atividade da empresa. Dentre os pontos, a Subemenda Substitutiva votada estabeleceu a responsabilidade subsidiária em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários; acabou com o conceito de atividade meio e fim, sendo permitido terceirizar qualquer atividade da empresa; garantiu os direitos do empregado terceirizado no caso de ocorrer a troca de empresa prestadora de serviço, sendo criado, por exemplo, um fundo garantidor para pagamento dos direitos; e ainda estabeleceu que o trabalhador terceirizado terá acesso a restaurantes, transporte e atendimento ambulatorial oferecido pela contratante aos seus próprios empregados.	Tramita no Senado Federal como PLC 30/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
77	PL 4.330/2004 - EMENDA AGLUTINATIVA 15	Regulamentação da terceirização	SD	Sim: 230 Não: 203 Abstenção: 4 Total da Votação: 437 Art. 17: 1 Total Quorum: 438	22/04/2015	0111	Regulamentação da terceirização	O plenário aprovou, por 230 votos a 203 e 4 abstenções, destaque do SD, que regulamentou a terceirização com a ampliação da sua aplicação para associações, sociedades, fundações e empresas individuais. Aplica-se subsidiariamente ao contrato entre a contratante e a contratada o disposto no Código Civil, instituído pela Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002; reduz o prazo de quarentena de 24 para 12 meses (pejotização); e inclui a responsabilidade solidária, dentre outros pontos.	Tramita no Senado Federal como PLC 30/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
78	PL 4.567/2016	Acaba com a exclusividade na exploração do Pré-Sal	Senador José Serra (PSDB-SP)	Sim: 292 Não: 101 Abstenção: 1 Total da Votação: 394 Art. 17: 1 Total Quorum: 395	05/10/2016	0272	Petrobras	O plenário aprovou, por 292 votos a 101 e 1 abstenção, o projeto de lei que acaba com a obrigatoriedade de a Petrobras participar como operadora de todos os blocos de exploração de petróleo na área do pré-sal. A proposta altera a Lei 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operadora e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios	Transformado na Lei Ordinária 13.365/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

								formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção.			
79	PL 4.567/2016 - DTQ. 8 - PPS – EMENDA 4	Manter a obrigatoriedade de a Petrobras participar com 30% do consórcio de exploração	Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA)	Sim: 107 Não: 247 Total da Votação: 354 Art. 17: 1 Total Quorum: 355	09/11/2016	0336	Petrobras	O plenário rejeitou, por 247 votos a 107, o destaque do PPS, que pretendia manter a obrigatoriedade de a Petrobras participar com 30% do consórcio de exploração enquanto operadora nos blocos cujo potencial de óleo recuperável seja maior que um bilhão de barris, considerado volume estratégico.	Transformado na Lei Ordinária 13.365/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
80	PL 4.850/2016 - DTQ 6: PT: DO §4º DO ART. 33 DO DECRETO-LEI 2.848/40, NA REDAÇÃO DADA PELO....	Progressão de pena	PT	Sim: 152 Não: 210 Abstenção: 1 Total da Votação: 363 Art. 17: 1 Total Quorum: 364	30/11/2016	0360	Combate a corrupção	O plenário aprovou, por 210 votos a 152 e 1 abstenção, destaque do PT que suprimiu a hipótese de condenado por crime contra administração pública só ter direito a progressão do regime de cumprimento quando reparar o dano causado ou devolver os recursos contra a administração pública.	Tramita no Senado Federal como PLC 80/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
81	PL 4.850/2016 - DTQ 16: PT: EMENDA 11	Prescrição da pena	PT	Sim: 301 Não: 107 Total da Votação: 408 Art. 17: 1 Total Quorum: 409	30/11/2016	0361	Combate a corrupção	O plenário aprovou, por 301 votos a 107, destaque do PT que excluiu quatro artigos que endureciam as regras de prescrição de crimes, como a sua contagem a partir do oferecimento da denúncia e não do seu recebimento e a prescrição retroativa.	Tramita no Senado Federal como PLC 80/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
82	PL 4.850/2016 - DTQ 21: BLOCO PP: ART. 85 DO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO ESPECIAL	Responsabilização de partidos	PP	Sim: 173 Não: 222 Total da Votação: 395 Art. 17: 1 Total Quorum: 396	30/11/2016	0362	Combate a corrupção	O plenário aprovou, por 222 votos a 173, destaque do bloco do PP que excluiu a previsão de pena de suspensão do funcionamento dos partidos e da filiação do dirigente partidário responsável por crime de caixa 2.	Tramita no Senado Federal como PLC 80/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
83	PL 4.850/2016 - DTQ 14: PSol: DO ART. 87 (QUE INTRODUZ O CAPÍTULO 1-A NO TÍTULO I DO LIVRO II...	Acordo penal	PSol	Sim: 151 Não: 220 Abstenção: 1 Total da Votação: 372 Art. 17: 1 Total Quorum: 373	30/11/2016	0363	Combate a corrupção	O plenário aprovou, por 220 votos a 151 e 1 abstenção, destaque do PSOL que excluiu a possibilidade de Ministério Público e denunciado celebrarem acordo para aplicação imediata da pena antes da sentença judicial.	Tramita no Senado Federal como PLC 80/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

84	PL 4.850/2016 - DTQ 4: PT: DO ART. 95 DO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO ESPECIAL	Acordo de leniência	PT	Sim: 143 Não: 207 Total da Votação: 350 Art. 17: 1 Total Quorum: 351	30/11/2016	0365	Combate a corrupção	O plenário aprovou, por 207 votos a 143, destaque do PT que suprimiu todos os artigos sobre reformulação das regras relativas aos acordos de leniência. Durante a votação foram aprovadas outras alterações com votações unânimes na casa, por exemplo, Lei dos Partidos. Apresentado pela bancada do PR, o destaque retira trecho que responsabiliza partidos políticos e dirigentes partidários por atos cometidos por políticos filiados às siglas. Placar: 328 (não) contra 32 (sim) e 1 abstenção. Total: 361. Enriquecimento ilícito. Destaque do bloco formado por PP, PTB e PSC retirou a tipificação do crime de enriquecimento ilícito para funcionários públicos. Placar: 322 (não) contra 35 (sim). Total: 357. Punição para violação de prerrogativas. Apresentada por Carlos Marun (MDB-MS), a pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os deputados também incluíram a possibilidade de punir policiais, magistrados e integrantes do Ministério Público de todas as instâncias que violarem o direito ou prerrogativas de advogados. Placar: 285 (sim) contra 72 (não) e 3 abstenções. Total: 360. Ação de extinção de domínio. Apresentado pela bancada do PR, o destaque retirou todas as regras sobre a extinção de domínio de bens e propriedades do réu quando sejam provenientes de atividade ilícita ou usados para tal. Sua finalidade é decretar a extinção dos direitos de propriedade e posse e de outros direitos. Placar: 317 (não) contra 97 (sim). Total: 414. Proteção de relatos de interesse público. De acordo com o Programa Nacional de Incentivo e Proteção de Relatos de Interesse Público, o cidadão será protegido e incentivado a fazer relatos relacionados à defesa do patrimônio público, bem como o exercício dos direitos políticos e dos direitos humanos, por exemplo. Caso aprovados, os relatos poderiam ser feitos	Tramita no Senado Federal como PLC 80/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
----	--	---------------------	----	--	------------	------	---------------------	---	--	--	---

								mediante a proteção da identidade, de modo a garantir o anonimato. Placar: 392 (não) contra 36 (sim). Total: 428. Reportante do bem. Entre as medidas que foram retiradas do texto está a criação da figura “reportante do bem”, uma espécie de delator que não havia participado do esquema de corrupção, mas que contaria tudo o que sabia e seria premiado com até 20% dos valores que fossem recuperados. O destaque foi apresentado pela bancada do PSB. Placar: 326 (não) contra 14 (sim). Total: 340.			
85	PL 5.735/2013 - DTQ 46: MDB – EMENDA 75	Candidatos por vaga	MDB	Sim: 206 Não: 163 Abstenção: 3 Total da Votação: 372 Art. 17: 1 Total Quorum: 373	14/07/2015	0290	Reforma Política	O plenário aprovou, por 206 votos a 163 e 3 abstenções, destaque do MDB que estabeleceu que tanto os partidos quanto as coligações poderão registrar até 150% do número de lugares a preencher na disputa de eleições proporcionais. Em cidades com até 100 mil eleitores, as coligações poderão registrar até 200% de candidatos para as vagas disputadas. Prevê ainda que o número de candidatos a deputado federal, em estados com até 12 vagas para a Câmara, é igual ao dobro do número de vagas a preencher, tanto para partido quanto coligação.	Transformado na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

86	PL 5.735/2013 - EMENDA AGLUTINATIVA 15	Limite de gasto na campanha	Deputado Leonardo Picciani (MDB-RJ)	Sim: 194 Não: 193 Abstenção: 2 Total da Votação: 389 Art. 17: 1 Total Quorum: 390	14/07/2015	0291	Reforma Política	O plenário aprovou, por 194 votos a 193 e 2 abstenções, a Emenda Aglutinativa15, que estabelece o limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições para Presidente da República, Governador e Prefeito. Esse limite será definido com base nos gastos declarados, na respectiva circunscrição, na eleição para os mesmos cargos imediatamente anterior à promulgação desta Lei, observado o seguinte: 1) para o primeiro turno das eleições, o limite será de 70% do maior gasto declarado para o cargo, na circunscrição eleitoral em que houve apenas um turno, e 50% do maior gasto declarado para o cargo, na circunscrição eleitoral em que houver dois turnos; e 2) para o segundo turno das eleições, onde houver, o limite de gastos será de 30% do valor previsto para eleição no primeiro turno (70%) e, nos municípios com até dez mil eleitores, o limite de gastos será de R\$ 100 mil para prefeito e de R\$ 10 mil para vereador.	Transformado na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
87	PL 5.735/2013 - DTQ 30: PT - EMENDA 9	Proibir contrato entre empresa doadora e poder público	PT	Sim: 191 Não: 231 Abstenção: 5 Total da Votação: 427 Art. 17: 1 Total Quorum: 428	14/07/2015	0292	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 231 votos a 191 e 5 abstenções, destaque do PT que pretendia proibir as empresas que fizessem doações a candidatos ao Poder Executivo (presidente da República, governador ou prefeito) de firmarem contratos com o governo, se o candidato tivesse sido eleito.	Transformado na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
88	PL 5.735/2013 - EMENDA AGLUTINATIVA 30	Propaganda eleitoral	Deputado Domingos Neto (Pros-CE)	Sim: 204 Não: 244 Abstenção: 1 Total da Votação: 449 Art. 17: 1 Total Quorum: 450	14/07/2015	0293	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 244 votos a 204 e 1 abstenção, a Emenda Aglutinativa30, que vedava a circulação de carros de som e ministros como meio de propaganda eleitoral, sem a participação do candidato.	Transformado na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

89	PL 5.735/2013 - DTQ 22: BLOCO PRB - ART. 46 DA LEI9504/97 CONST. DO ART. 2º DO SUBST.	Participação nos debates em rádio e televisão	Bloco Parlamentar PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB	Sim: 246 Não: 200 Abstenção: 1 Total da Votação: 447 Art. 17: 1 Total Quorum: 448	14/07/2015	0295	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 246 votos a 200 e 1 abstenção, destaque do bloco, suprimindo o dispositivo que limitava a participação em debates de rádio e televisão somente aos candidatos de partidos que tenham representação superior a nove deputados, sendo facultado o convite aos demais candidatos.	Transformado na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
90	PL 5.735/2013 - DTQ 9: PCdoB - EMENDA 14	Distribuição das sobras	PCdoB	Sim: 149 Não: 283 Abstenção: 4 Total da Votação: 436 Art. 17: 1 Total Quorum: 437	14/07/2015	0296	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 283 votos a 149 e 4 abstenções, destaque do PCdoB que pretendia excluir da legislação atual a regra que limita a distribuição das sobras de vagas a preencher nas eleições proporcionais aos partidos e coligações que tiverem obtido quociente eleitoral.	Transformado na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
91	PL 5.735/2013 - DTQ. 4: PSDB - CAPUT. DO ART. 9º DA LEI9504/97, CONST. DO ART. 1º DO SUBST.	Filiação partidária	PSDB	Sim: 157 Não: 290 Abstenção: 1 Total da Votação: 448 Art. 17: 1 Total Quorum: 449	09/06/2015	0369	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 290 votos a 157 e 1 abstenção, destaque do PSDB que pretendia suprimir a redução, de um ano para seis meses, do tempo exigido de filiação partidária do candidato ao partido pelo qual concorrerá nas eleições.	Transformado na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
92	PL 5.735/2013 - DTQ. 12: PT - ART. 24 DA LEI 9504/97 CONST. DO ART. 1º DO SUBST DO SF	Doação de empresas aos partidos	PT	Sim: 180 Não: 285 Abstenção: 2 Total da Votação: 467 Art. 17: 1 Total Quorum: 468	09/06/2015	0370	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 285 votos a 180 e 2 abstenções, destaque do PT que pretendia substituir o art. 24 do Substitutivo do Senado Federal pelos arts. 24, 24-A e 24-B da redação dada pelo art. 2º do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, para manter o financiamento público de campanha. Com a rejeição, portanto, o texto votado na Câmara estabeleceu que as empresas só poderão doar dinheiro aos partidos, não aos candidatos.	Transformado na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
93	PL 5.735/2013 - DTQ. 9: PSB - ART. 22-A DA LEI 9.096/95 CONST. DO ART. 2º DO SUBSTITUTIVO DO SF	Tempo de propaganda eleitoral em rádio e TV	PSB	Sim: 323 Não: 115 Abstenção: 2 Total da Votação: 440 Art. 17: 1 Total Quorum: 441	09/06/2015	0372	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 323 votos a 115 e 2 abstenções, destaque do PSB que pretendia excluir do texto dispositivo que diminuiu o tempo de propaganda eleitoral em rádio e TV e o período em que elas são veiculadas de 45 para 35 dias anteriores ao pleito.	Transformado na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

94	PL 6.787/2016 - SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL	Reforma trabalhista	Poder Executivo	Sim: 296 Não: 177 Total da Votação: 473 Art. 17: 1 Total Quorum: 474	26/04/2017	0104	Reforma Trabalhista	O plenário aprovou, por 296 votos a 177, a Subemenda Substitutiva Global apresentada pelo relator, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que fez a reforma trabalhista, com destaque para: 1) flexibilização de direitos trabalhistas previstos legalmente, resguardados apenas os que estão escritos na Constituição Federal; 2) ampliação das possibilidades de terceirização e pejetização (contratação do trabalhador como pessoa jurídica e sem vínculo empregatício); 3) criação de novas formas de contratação, especialmente o autônomo exclusivo e o intermitente; 4) restrições de acesso à Justiça do trabalho; 5) retirada de poderes, atribuições e prerrogativas das entidades sindicais; 6) universalização da negociação coletiva sem o limite ou a proteção da lei; e 7) autorização de negociação direta entre patrões e empregados para redução ou supressão de direitos.	Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
95	PL 6.787/2016 - DTQ 2 - PDT - ART. 442-B, CONST. DO ART. 1º DO SUBSTITUTIVO	Autônomo exclusivo	PDT	Sim: 258 Não: 158 Abstenção: 2 Total da Votação: 418 Art. 17: 1 Total Quorum: 419	26/04/2017	0106	Reforma Trabalhista	O plenário rejeitou, por 258 votos a 158 e 2 abstenções, destaque do PDT que pretendia excluir do texto a possibilidade de contratação contínua e exclusiva de trabalhadores autônomos sem caracterizar vínculo trabalhista permanente.	Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
96	PL 6.787/2016 - DTQ 18 - PSol- ART. 611-A, CONST. DO ART. 1º DO SUBSTITUTIVO	Negociado sobre o legislado	PSol	Sim: 274 Não: 160 Abstenção: 1 Total da Votação: 435 Art. 17: 1 Total Quorum: 436	27/04/2017	0107	Reforma Trabalhista	O plenário rejeitou, por 274 votos a 160 e 1 abstenção, destaque do PSOL que pretendia excluir o artigo sobre a prevalência do acordo coletivo sobre a legislação, considerado a “espinha dorsal” da reforma, pois permitia que o acordo e a convenção prevalecessem sobre a lei em mais de 15 pontos diferentes, como jornada de trabalho, banco de horas anual, intervalo de alimentação mínimo de meia hora e teletrabalho.	Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

97	PL 6.787/2016 - DTQ 54 - PT - EMENDA DE PLENÁRIO 15	Representação sindical de terceirizados	PT	Sim: 133 Não: 285 Abstenção: 4 Total da Votação: 422 Art. 17: 1 Total Quorum: 423	27/04/2017	0108	Reforma Trabalhista	O plenário rejeitou, por 285 votos a 133 e 4 abstenções, destaque do PT, que pretendia incluir na "Reforma" Trabalhista a Emenda de Plenário 15 afim de estabelecer que nos contratos de prestação de serviços a terceiros que recaiam sobre a atividade principal da contratante, os empregados da contratada serão representados pelo mesmo sindicato da categoria profissional preponderante na contratante, na forma do art. 511 da CLT, salvo nos casos de categorias diferenciadas organizadas em sindicatos próprios.	Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
98	PL 6.787/2016 - DTQ 51 - SD - EMENDA DE PLENÁRIO 28	Contribuição sindical	SD	Sim: 159 Não: 259 Abstenção: 5 Total da Votação: 423 Art. 17: 1 Total Quorum: 424	27/04/2017	0109	Reforma Trabalhista	O plenário rejeitou, por 259 votos a 159 e 5 abstenções, destaque do SD que pretendia criar uma regra de transição para mudança na forma de cobrança da contribuição, que acabou com a compulsoriedade, passando a ser autorizativa pelo trabalhador. A proposta votada buscava fracionar, em seis anos, o imposto sindical ao invés do seu fim imediato. Com isso, decorridos 3 (três) anos a partir da data da publicação da "Reforma" Trabalhista, a contribuição sindical será I) para os trabalhadores: a) 75% (setenta e cinco por cento) de um dia de trabalho no primeiro exercício subsequente; b) 55% (cinquenta e cinco por cento) de um dia de trabalho no segundo exercício subsequente; e) 35% (trinta e cinco por cento) de um dia de trabalho no terceiro exercício subsequente; e II) Para os empregadores, observando a base de cálculo e o procedimento de recolhimento previstos no art. 580, §§1º, 2º e 3º, e no art. 581 da CLT: a) 75% (setenta e cinco por cento) no primeiro exercício subsequente; b) 55% (cinquenta e cinco por cento) no segundo exercício subsequente; e c) 35% (trinta e cinco por cento) no terceiro exercício subsequente.	Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

99	PL 7.699/2006 - DVS - BLOCO PRB - INC. VI, §4º, ART 18 DA SUBEMENDA SUBST. DE PLENÁRIO	Identidade de gênero e orientação sexual	Bloco PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL, PTdoB	Sim: 188 Não: 174 Abstenção: 6 Total da Votação: 368 Art. 17: 1 Total Quorum: 369	05/03/2015	0039	Estatuto do Portador de Deficiência	O plenário rejeitou, por 188 votos a 174 e 6 abstenções, destaque do PRB que pretendia suprimir o respeito à especificidade e à identidade de gênero e orientação sexual da pessoa com deficiência que assegurava ações e serviços de saúde pública destinados a esse grupo de pessoas.	Transformado na Lei Ordinária 13.146/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
100	PL 8.703/2017 - DTQ 5: PHS - ART.16-C, CONSTATANTE DO ART. 1º DO PL	Criação do fundo público	PHS	Sim: 223 Não: 209 Abstenção: 435 Total da Votação: 3 Art. 17: 1 Total Quorum: 436	04/10/2017	0338	Reforma Política	O plenário rejeitou, por 223 votos a 209 e 3 abstenções, destaque do PHS que pretendia impedir a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para financiar campanhas eleitorais com recursos públicos.	Transformado na Lei Ordinária 13.487/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
101	PLP 302/2013 - DVS - PSB - § 8º DO ART. 2º	Aplicação das regras de contrato de trabalho parcial para o trabalho doméstico	PSB	Sim: 275 Não: 102 Total da Votação: 377 Art. 17: 1 Total Quorum: 378	17/03/2015	0052	Trabalho domestico	O plenário rejeitou, por 275 votos a 102, destaque do PSB que pretendia suprimir dispositivo que não permitia a aplicação ao trabalho doméstico das regras do contrato de trabalho por regime de tempo parcial. Com isso, foi mantida a proibição de contratação do empregado doméstico com regime especial de trabalho, cuja duração não exceda a 25 horas semanais.	Transformado na Lei Complementar 150/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
102	PLP 302/2013 - DVS PSol - EXP. "NO VALOR DE 1 SALÁRIO MÍNIMO"	Seguro-desemprego	PSol	Sim: 254 Não: 160 Total da Votação: 414 Art. 17: 1 Total Quorum: 415	17/03/2015	0054	Trabalho domestico	O plenário aprovou, por 254 votos a 160, destaque do PSOL que suprimiu a restrição à concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores domésticos a apenas três parcelas no valor de um salário mínimo. Com isso, esses trabalhadores terão direito ao seguro de três a cinco meses, como outras categorias.	Transformado na Lei Complementar 150/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
103	PLP 302/2013 - DVS - PSDB - INCISO II DO ART. 34	Contribuição do empregador ao INSS	PSDB	Sim: 207 Não: 204 Total da Votação: 373 Art. 17: 1 Total Quorum: 374	17/03/2015	0055	Trabalho domestico	O plenário rejeitou, por 207 votos a 204, destaque do PSDB que pretendia diminuir de 12% para 8% a contribuição do empregador ao INSS.	Transformado na Lei Complementar 150/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
104	PLP 302/2013 - DVS - PSDB - EMENDA25	Dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF)	PSDB	Sim: 204 Não: 169 Total da Votação: 373 Art. 17: 1 Total Quorum: 374	17/03/2015	0056	Trabalho domestico	O plenário rejeitou, por 204 votos a 169, destaque do PSDB que pretendia permitir a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de até 20% dos gastos com salários, encargos trabalhistas e previdenciários dos empregados domésticos.	Transformado na Lei Complementar 150/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

105	PLP 302/2013 - DVS - DEM - ART 32 DA EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL38	Fiscalização do trabalho	DEM	Sim: 239 Não: 192 Total da Votação: 431 Art. 17: 1 Total Quorum: 432	17/03/2015	0057	Trabalho domestico	O plenário aprovou, por 239 votos a 192, destaque do DEM que excluiu a possibilidade de fiscalização de auditores do Ministério do Trabalho quanto ao cumprimento das regras do trabalho doméstico na residência do empregador.	Transformado na Lei Complementar 150/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
106	PLP 343/2017 - SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DA CFT	Regime fiscal para os Estados	Poder Executivo	Sim: 301 Não: 127 Abstenção: 7 Total da Votação: 435 Art. 17: 1 Total Quorum: 436 Obstrução: 19	18/04/2017	0082	Dívidas dos estados	O plenário aprovou, por 301 votos a 127 e 7 abstenções, a Subemenda Substitutiva da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), que cria o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados para ajudar os entes endividados em troca de contrapartidas como elevação de alíquotas de contribuição social de servidores, redução de incentivos tributários e privatizações. Antes de começar a contar com os benefícios do regime, o estado interessado deve aprovar leis com as contrapartidas exigidas pelo projeto, como autorização para privatizar empresas dos setores financeiro, de energia e de saneamento e outros, se necessário à quitação de passivos; adoção de fundo complementar de aposentadoria para os servidores; e aumento da alíquota de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores ativos, inativos e pensionistas para, no mínimo, 14%, além de alíquota extraordinária e temporária, se necessário, dentre outras condicionantes.	Transformado na Lei Complementar 159/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
107	PLP 343/2017 - DTQ 21: PT - INC. I, DO §1º, DO ART. 2º DO SUBSTITUTIVO	Condicionantes impostas pelo regime fiscal aos Estados	PT	Sim: 285 Não: 143 Abstenção: 3 Total da Votação: 431 Art. 17: 1 Total Quorum: 432 Obstrução: 2	25/04/2017	0093	Dívidas dos estados	O plenário rejeitou, por 285 votos a 143 e 3 abstenções, o destaque do PT que pretendia suprimir as contrapartidas exigidas para o refinanciamento da dívida dos estados, como autorização para privatizar empresas dos setores financeiro, de energia e de saneamento e outros, se necessário à quitação de passivos; adoção de fundo complementar de aposentadoria para os servidores; e aumento da alíquota de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores ativos, inativos e pensionistas para, no mínimo,	Transformado na Lei Complementar 159/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

								14%, além de alíquota extraordinária e temporária, se necessário.			
108	PLP 343/2017 - DTQ 24: PDT - EMENDA24	Condicionantes impostas pelo regime fiscal aos Estados	PDT	Sim: 164 Não: 244 Abstenção: 1 Total da Votação: 409 Art. 17: 1 Total Quorum: 410	25/04/2017	0094	Dívidas dos estados	O plenário rejeitou, por 244 votos a 164 e 1 abstenção, o destaque da Emenda 24 que pretendia suprimir os incisos II, III, IV e V do artigo 2, que tratavam do aumento da alíquota de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores ativos, inativos e pensionistas para, no mínimo, 14%, além de alíquota extraordinária e temporária, se necessário; da adoção de fundo complementar de aposentadoria para os servidores; da redução dos incentivos fiscais ou dos benefícios de natureza tributária dos quais decorram renúncias de receitas instituídas por lei estadual ou distrital, de, no mínimo, dez por cento ao ano, ressalvados aqueles concedidos por prazo certo e em função de determinadas condições e aqueles instituídos da forma estabelecida na Constituição; e da revisão do regime jurídico único dos servidores estaduais da administração direta, autárquica e fundacional.	Transformado na Lei Complementar 159/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
109	PLP 343/2017 - DTQ 33: SD - INCISO II, DO §1º DO ART. 2º DO SUBSTITUTIVO	Aumento da alíquota de contribuição social dos servidores públicos	SD	Sim: 241 Não: 185 Abstenção: 3 Total da Votação: 429 Art. 17: 1 Total Quorum: 430 Obstrução: 7	25/04/2017	0095	Dívidas dos estados	O plenário aprovou, por 241 votos a 185 e 3 abstenções, o destaque do SD que suprimiu o aumento da alíquota de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores ativos, inativos e pensionistas para, no mínimo, 14%, além de alíquota extraordinária e temporária, se necessário.	Transformado na Lei Complementar 159/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
110	PLP 343/2017 - DTQ 12: PT - ART. 8º DO SUBSTITUTIVO	Vedações durante o regime de recuperação fiscal	PT	Sim: 314 Não: 100 Abstenção: 3 Total da Votação: 417 Art. 17: 1 Total Quorum: 418 Obstrução: 13	10/05/2017	0124	Dívidas dos estados	O plenário rejeitou, por 314 votos a 100 e 3 abstenções, o destaque do PT que pretendia suprimir as vedações durante o regime de recuperação fiscal, como por exemplo, a concessão de reajustes de qualquer espécie da remuneração dos servidores públicos; a criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa; a realização de concurso público, dentre outros assuntos.	Transformado na Lei Complementar 159/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

111	DEN 1/2015	Processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff	Hélio Pereira Bicudo, Cidadão Janaína Conceição Paschoal, Cidadão Miguel Reale Júnior e outros	Sim: 367 Não: 137 Abstenção: 7 Total Quorum: 511	09/08/2016	-	Impeachment	O plenário aprovou, por 367 votos a 137, que autorizou a instauração de processo contra a Senhora Presidente da República, por crime de responsabilidade.	Promulgada na Resolução 35/2016	Relação de votantes por UF	-
112	REP 1/2015	Cassação do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ)	PSL e REDE	Sim: 450 Não: 10 Abstenção: 9 Total da Votação: 469 Art. 17: 1 Total Quorum: 470	12/09/2016	-	Cassação	O plenário aprovou, por 450 votos a 10 e 9 abstenções, para cassação do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB-RJ).	Transformada na Resolução da Câmara dos Deputados 18/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
113	SIP 1/2017	1ª denúncia do presidente Temer	Supremo Tribunal Federal	Sim: 263 Não: 227 Abstenção: 2 Total da Votação: 492 Art. 17: 1 Total Quorum: 493	02/08/2017	-	Denúncia contra presidente da República	O plenário rejeitou, por 263 votos a 227 e 2 abstenções, denúncia formulada pelo Ministério Público Federal contra o presidente da República, Michel Temer (Inquérito 4.517).	Arquivada	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
114	SIP 2/2017	2ª denúncia do presidente Temer	Supremo Tribunal Federal	Sim: 251 Não: 233 Abstenção: 2 Total da Votação: 486 Art. 17: 1 Total Quorum: 487	25/10/2017	-	Denúncia contra presidente da República	O plenário rejeitou, por 251 votos a 233 e 2 abstenções, denúncia formulada pelo Ministério Público Federal contra o presidente da República, Michel Temer (Inquérito 4.483 e 4.327).	Arquivada	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

An aerial photograph of the interior of the Brazilian Senate chamber. The room is semi-circular with blue carpeting and wooden desks for senators. A large, semi-transparent map of Brazil is overlaid on the floor. The Brazilian flag is visible on a pole in the background. The text "MAPA DAS VOTAÇÕES EM DESTAQUE NO SENADO FEDERAL" is centered over the map.

MAPA DAS VOTAÇÕES EM DESTAQUE NO SENADO FEDERAL

Novas regras para o benefício de pensão por morte e auxílio doença

- MP 664/2015

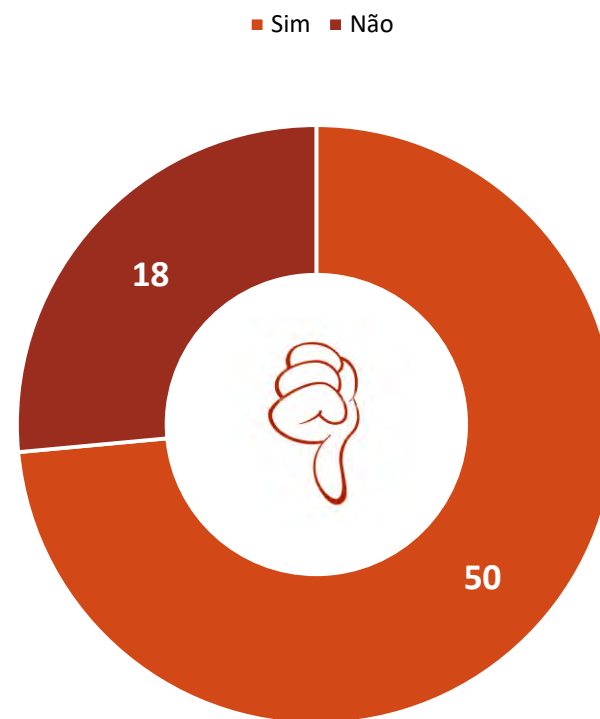
O que foi votado

O plenário aprovou, por 50 votos a 18 e 3 abstenções, o Projeto de Lei de Conversão (PLV)4/2015, que mudou as regras do benefício de pensão por morte, passando a exigir período de carência, tempo mínimo de casamento ou união estável, tempo de duração da pensão para cônjuge ou companheiro/ano, além de alterar o benefício do auxílio doença em relação às regras de início e à renda mensal para obter o auxílio. As principais mudanças para a pensão por morte foram: 1) antes não era exigido período de carência e passou a se exigir 18 contribuições mensais; 2) o tempo mínimo de casamento ou união estável não era exigido e passou a ser de 2 anos; 3) a renda da pensão a ser rateada (RGPS) era de 100%, o governo propôs na MPV que fosse de 50% + 10% por dependente até 100%, o que foi rejeitado no PLV, mantendo-se o valor de 100% da aposentadoria; 4) o tempo de duração da pensão para o cônjuge ou companheiro (a)/idade era vitalício, essa vitaliciedade acabou e somente será obtida quando o beneficiário tiver idade igual ou maior a 44 anos. No que se refere ao auxílio doença as mudanças foram: 1) o início do benefício mantido a partir do 16º dia de afastamento ou data do pedido, se mais de 30 dias; 2) a renda mensal do benefício era de 91% do salário de benefício até o teto do INSS, esse percentual de 91% foi mantido, sendo o salário de benefício calculado com base na média dos últimos 12 salários.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.135/2015

Placar da votação



Ficha da votação

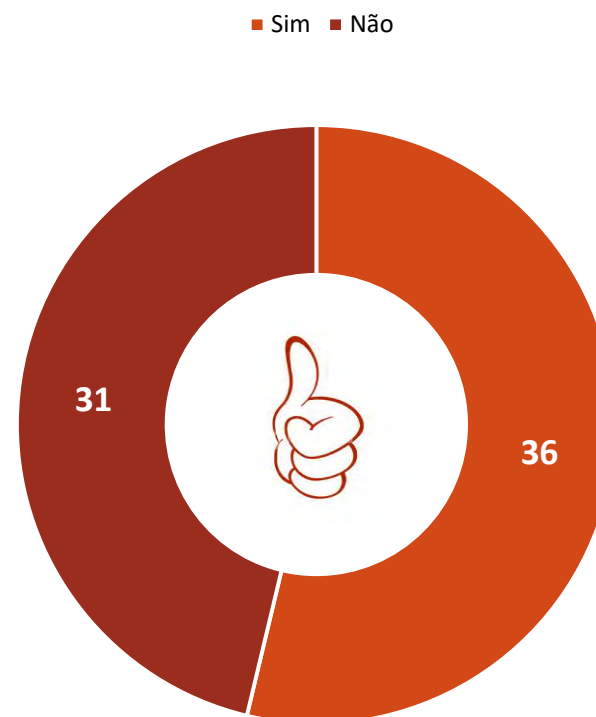
PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
MP 664/2014 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO 4/2015	Poder Executivo	Sim: 50 Não: 18 Abstenção: 3 Total da Votação: 71 Presidente: 1 Total Quorum: 72	27/05/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Reforma Política (Fim do financiamento de campanha por empresas) - PLC 75/2015

O que foi votado

O plenário aprovou, por 36 votos a 31 e 1 abstenção, a Subemenda oferecida pelo relator, senador Romero Jucá (MDB-RR), que trata do fim do financiamento de empresas. Contudo, o texto permite que pessoas físicas doem dinheiro aos partidos e candidatos, limitando-se ao total de rendimentos tributáveis do ano anterior. Sobre a campanha em rádio e TV, estabelece que as propagandas partidárias em cadeia nacional e estadual reservarão 5 minutos para cada partido com até nove deputados federais, e 10 minutos para as legendas maiores, além de 10 e 20 minutos em inserções de 30 segundos, respectivamente. Foi criada uma cláusula de barreira. Até 2020, só entram nos debates candidatos de partidos com pelo menos quatro deputados federais. Depois disso, a exigência sobe para mais de nove deputados. Candidatos a governador e a presidente deverão participar de pelo menos três debates televisivos, no segundo turno. Em relação às mulheres, estabelece que de 5% a 15% dos repasses do Fundo Partidário tem que ser usados pelos partidos em campanhas de candidaturas femininas. A Justiça Eleitoral realizará, nos quatro meses que antecedem a campanha eleitoral, campanha para incentivar a participação feminina e esclarecer as regras e o funcionamento do sistema eleitoral. Nas regras de coligações, a proposta estabelece que, nas eleições de deputado e vereador, apenas serão eleitos candidatos que obtiverem o mínimo de 10% do quociente eleitoral (total de votos válidos dividido pelas cadeiras em disputa). Estipula que duas ou mais legendas poderão formar uma federação, atuando como se fossem um só partido, e ainda prevê que perderá o mandato quem se desfiliar do partido pelo qual foi eleito. Foi criada uma "janela" para troca de legenda — até 30 dias antes do prazo de filiação exigido em lei —, nos casos em que for constatada "mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário" e "a grave discriminação política pessoal, dentre outras alterações.

Placar da votação



Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.135/2015

Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PLC 75/2015 - SUBEMENDA	Senador Romero Jucá (MDB-RR)	Sim: 36 Não: 31 Abstenção: 1 Total da Votação: 67 Presidente: 1 Total Quorum: 68	02/09/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Retira a obrigatoriedade de exploração do Pré-Sal pela Petrobras - PLS 131/2015

O que foi votado

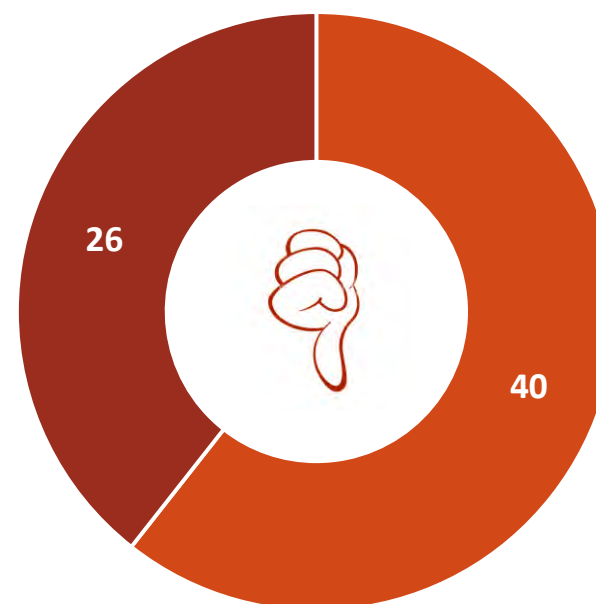
O plenário aprovou, por 40 votos a 26 e 2 abstenções, o substitutivo oferecido ao PLS 131/2015, que revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal. Pela lei anterior, de 2010, a Petrobras atuava como operadora única dos campos do pré-sal, com uma participação de pelo menos 30%. Além disso, era a empresa responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção. De acordo com a nova lei, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética oferecer à Petrobras a exploração mínima de 30% em cada campo, e a empresa se manifestará se aceita ou não a responsabilidade.

Norma Jurídica

Lei Ordinária 13.365/2016

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PLS 131/2015 - SUBSTITUTIVO	Senador Romero Jucá (MDB-RR)	Sim: 40 Não: 26 Abstenção: 2 Total da Votação: 68 Presidente: 1 Total Quorum: 69	24/02/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Teto dos Gastos Públicos – PEC 55/2016

O que foi votado

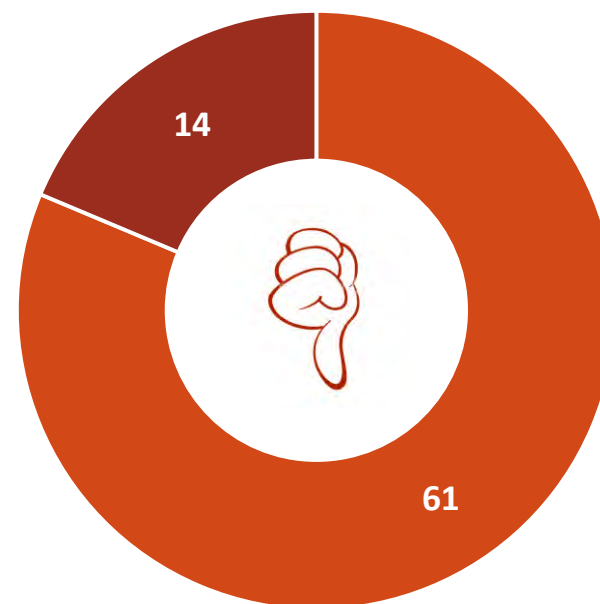
O plenário aprovou, por 61 votos a 14, em 1º turno, proposta que institui o novo regime fiscal e estabelece um teto de gastos, por 20 anos, dos investimentos públicos. O mecanismo determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Norma Jurídica

Promulgada na Emenda Constitucional 95/2016

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PEC 55/2016 - 1º TURNO	Poder Executivo	Sim: 61 Não: 14 Total da Votação: 75 Presidente: 1 Total Quorum: 76	13/11/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Reforma Trabalhista - PLC 38/2017

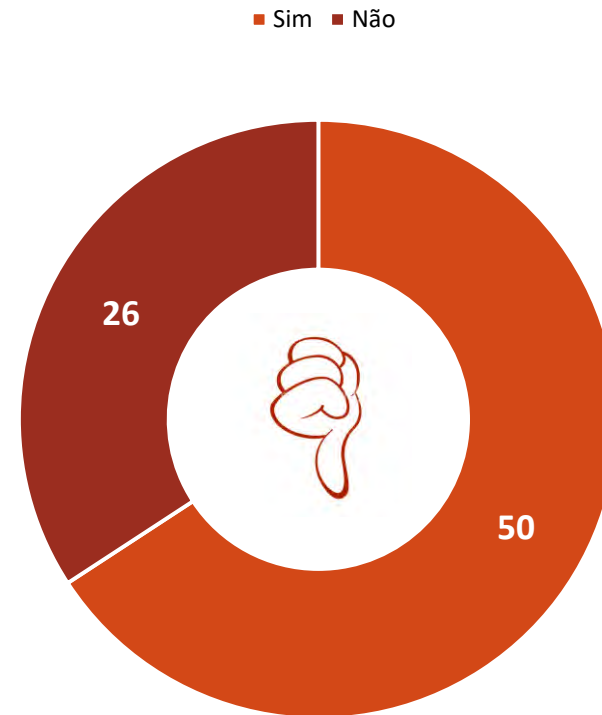
O que foi votado

O plenário aprovou, por 50 votos a 26 e 1 abstenção, o PLC 38/2017, que trata da reforma trabalhista, com destaque para os seguintes pontos: 1) flexibilização de direitos trabalhistas previstos legalmente, resguardados apenas os que estão escritos na Constituição Federal; 2) ampliação das possibilidades de terceirização e pejetização (contratação do trabalhador como pessoa jurídica e sem vínculo empregatício); 3) criação de novas formas de contratação, especialmente o autônomo exclusivo e o intermitente; 4) restrições de acesso à Justiça do trabalho; 5) retirada de poderes, atribuições e prerrogativas das entidades sindicais; 6) universalização da negociação coletiva sem o limite ou a proteção da lei; e 7) autorização de negociação direta entre patrões e empregados para redução ou supressão de direitos.

Norma Jurídica

Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017

Placar da votação



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PLC 38/2017 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	Poder Executivo	Sim: 50 Não: 26 Abstenção: 1 Total da Votação: 77 Presidente: 1 Total Quorum: 78	11/07/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Trabalho intermitente - PLC 38/2017

O que foi votado

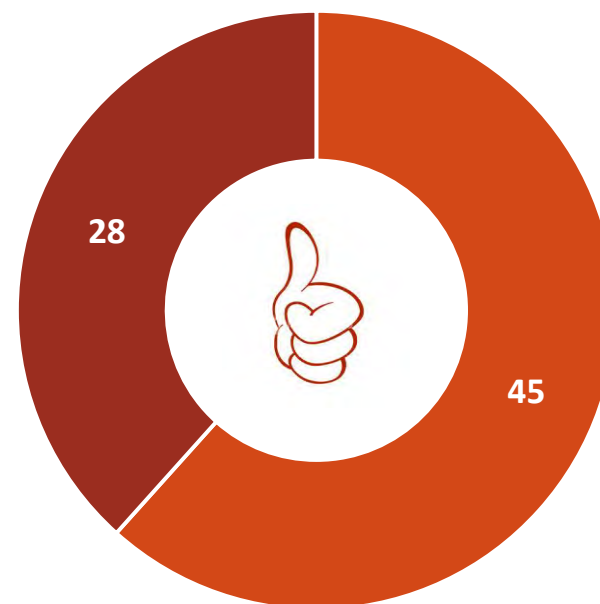
O plenário rejeitou, por 45 votos a 28, destaque da Emenda693, que pretendia suprimir da reforma trabalhista a regulamentação do contrato de trabalho intermitente.

Norma Jurídica

Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017

Placar da votação

■ Sim ■ Não



Ficha da votação

PROPOSIÇÃO	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
PLC 38/2017	Poder Executivo	Sim: 28 Não: 45 Total da Votação: 73 Presidente: 1 Total Quorum: 74	11/07/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

Relação completa das votações nominais importantes no Senado Federal

Nº	PROPOSIÇÃO	MATÉRIA VOTADA	AUTOR	RESULTADO	DATA DA VOTAÇÃO	TEMA	RESUMO	SITUAÇÃO	VOTAÇÃO POR UF	VOTAÇÃO POR PARTIDO
1	MP 664/2014 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO 4/2015	Novas regras para o benefício de pensão por morte e auxílio doença	Poder Executivo	Sim: 50 Não: 18 Abstenção: 3 Total da Votação: 71 Presidente: 1 Total Quorum: 72	27/05/2015	Pensão por morte e auxílio doença	O plenário aprovou, por 50 votos a 18 e 3 abstenções, o Projeto de Lei de Conversão (PLV)4/2015, que mudou as regras do benefício de pensão por morte, passando a exigir período de carência, tempo mínimo de casamento ou união estável, tempo de duração da pensão para cônjuge ou companheiro/ano, além de alterar o benefício do auxílio doença em relação às regras de início e à renda mensal para obter o auxílio. As principais mudanças para a pensão por morte foram: 1) antes não era exigido período de carência e passou a se exigir 18 contribuições mensais; 2) o tempo mínimo de casamento ou união estável não era exigido e passou a ser de 2 anos; 3) a renda da pensão a ser rateada (RGPS) era de 100%, o governo propôs na MPV que fosse de 50% + 10% por dependente até 100%, o que foi rejeitado no PLV, mantendo-se o valor de 100% da aposentadoria; 4) o tempo de duração da pensão para o cônjuge ou companheiro (a)/idade era vitalício, essa vitaliciedade acabou e somente será obtida quando o beneficiário tiver idade igual ou maior a 44 anos. No que se refere ao auxílio doença as mudanças foram: 1) o início do benefício mantido a partir do 16º dia de afastamento ou data do pedido, se mais de 30 dias; 2) a renda mensal do benefício era de 91% do salário de benefício até o teto do INSS, esse percentual de 91% foi mantido, sendo o salário de benefício calculado com base na média dos últimos 12 salários.	Transformada na Lei Ordinária 13.135/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

2	MP 672/2015 – EMENDA 105	Reajuste do salário mínimo	Poder Executivo	Sim: 25 Não: 34 Abstenção: 1 Total da Votação: 60 Presidente: 1 Total Quorum: 61	08/07/2015	Política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social para o período de 2016 a 2019	O plenário rejeitou, por 34 votos a 25 e 1 abstenção, o destaque da emenda105, que pretendia proporcionar uma correção do salário mínimo de forma a garantir não haver perda real do poder de compra. A emenda vincularia os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo da seguinte forma: os reajustes corresponderão à variação do Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPCC1), calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.	Transformada na Lei Ordinária 13.152/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
3	PLS 277/2014 (COMPLEMENTAR)	Reajuste no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	Senador Antônio Carlos Rodrigues (PR-SP)	Sim: 40 Não: 16 Abstenção: 1 Total da Votação: 57 Presidente: 1 Total Quorum: 58	05/08/2015	Atualização monetária do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).	O plenário rejeitou, por 40 votos a 16 e 1 abstenção, o PLS 277/2014, que determinava a revisão da base de cálculo do IPTU e a atualização monetária dos valores que a compõem, constituindo requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal. Segundo a proposta, a revisão da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) deve ocorrer em periodicidade não superior a quatro anos, com atualização monetária anual dos valores.	Matéria arquivada no Senado Federal	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
4	PLC 75/2015 - SUBEMENDA	Reforma política (Fim do financiamento de campanha por empresas)	Senador Romero Jucá (MDB-RR)	Sim: 36 Não: 31 Abstenção: 1 Total da Votação: 67 Presidente: 1 Total Quorum: 68	02/09/2015	Reforma Política	O plenário aprovou, por 36 votos a 31 e 1 abstenção, a Subemenda oferecida pelo relator, senador Romero Jucá (MDB-RR), que trata do fim do financiamento de empresas. Contudo, o texto permite que pessoas físicas doem dinheiro aos partidos e candidatos, limitando-se ao total de rendimentos tributáveis do ano anterior. Sobre a campanha em rádio e TV, estabelece que as propagandas partidárias em cadeia nacional e estadual reservarão 5 minutos para cada partido com até nove deputados federais, e 10 minutos para as legendas maiores, além de 10 e 20 minutos em inserções de 30 segundos, respectivamente. Foi criada uma cláusula de barreira. Até 2020, só entram nos debates candidatos de partidos com pelo menos quatro deputados federais. Depois disso, a exigência	Transformada na Lei Ordinária 13.165/2015	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

							sobe para mais de nove deputados. Candidatos a governador e a presidente deverão participar de pelo menos três debates televisivos, no segundo turno. Em relação às mulheres, estabelece que de 5% a 15% dos repasses do Fundo Partidário tem que ser usados pelos partidos em campanhas de candidaturas femininas. A Justiça Eleitoral realizará, nos quatro meses que antecedem a campanha eleitoral, campanha para incentivar a participação feminina e esclarecer as regras e o funcionamento do sistema eleitoral. Nas regras de coligações, a proposta estabelece que, nas eleições de deputado e vereador, apenas serão eleitos candidatos que obtiverem o mínimo de 10% do quociente eleitoral (total de votos válidos dividido pelas cadeiras em disputa). Estipula que duas ou mais legendas poderão formar uma federação, atuando como se fossem um só partido, e ainda prevê que perderá o mandato quem se desfiliar do partido pelo qual foi eleito. Foi criada uma "janela" para troca de legenda — até 30 dias antes do prazo de filiação exigido em lei —, nos casos em que for constatada "mudança substancial ou o desvio reiterado do programa partidário" e "a grave discriminação política pessoal, dentre outras alterações.			
5	PLC 101/2015 - SUBSTITUTIVO (EMENDA 15)	Disciplina o terrorismo no Brasil	Senador Aluisio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	Sim: 34 Não: 18 Abstenção: 0 Total da Votação: 52 Presidente: 1 Total Quorum: 53	28/10/2015	Terrorismo	O plenário aprovou, por 34 votos a 18, o substitutivo que regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista.	Transformada na Lei Ordinária 13.260/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

6	PLS 477/2011 (COMPLEMENTAR)	Amplia competência do Banco Central do Brasil	Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	Sim: 32 Não: 31 Abstenção: 1 Total da Votação: 64 Presidente: 1 Total Quorum: 65	16/12/2015	Banco Central	O plenário rejeitou, por 32 votos a 31 e 1 abstenção, o PLS 477/2011, que altera a Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para que passe a figurar como competência do Banco Central do Brasil a expressão “perseguir a estabilidade do poder de compra da moeda, garantir que o sistema financeiro seja sólido e eficiente e estimular o crescimento econômico e a geração de empregos”.	Matéria arquivada no Senado Federal	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
7	PLS 131/2015 - SUBSTITUTIVO	Retira a obrigatoriedade de exploração do pré-sal pela Petrobras	Senador Romero Jucá (MDB-RR)	Sim: 40 Não: 26 Abstenção: 2 Total da Votação: 68 Presidente: 1 Total Quorum: 69	24/02/2016	Pré-Sal	O plenário aprovou, por 40 votos a 26 e 2 abstenções, o substitutivo oferecido ao PLS 131/2015, que revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal. Pela lei anterior, de 2010, a Petrobras atuava como operadora única dos campos do pré-sal, com uma participação de pelo menos 30%. Além disso, era a empresa responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção. De acordo com a nova lei, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética oferecer à Petrobras a exploração mínima de 30% em cada campo, e a empresa se manifestará se aceita ou não a responsabilidade.	Transformada na Lei Ordinária 13.365/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
8	PLS 555/2015 - EMENDA107	Conselho administrativo das empresas públicas	PT	Sim: 17 Não: 42 Total da Votação: 59 Presidente: 1 Total Quorum: 60	15/03/2016	Leis das Estatais	O plenário rejeitou, por 42 votos a 17, a Emenda107, que pretendia suprimir os incisos I e III, do § 2º do art. 17, do substitutivo aprovado para afastar do texto normas restritivas quanto à composição de diretorias e conselhos de administração. A proposta veda a participação de agentes administrativos e políticos, e também a de sindicalistas ou dirigentes partidários, nos conselhos de administração das empresas públicas.	Transformada na Lei Ordinária 13.303/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

9	PLS 555/2015 – EMENDA 104	Custo de políticas públicas	PT	Sim: 25 Não: 22 Abstenção: 2 Total da Votação: 49 Presidente: 1 Total Quorum: 50	15/03/2016	Leis das Estatais	O plenário rejeitou, por 25 votos a 22 e 2 abstenções, a Emenda104, que pretendia dar nova redação para o inciso I e § 2º do art. 8º, exigindo que quaisquer obrigações e responsabilidades que a empresa pública que explore atividade econômica e a sociedade de economia mista assumam em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado em que atua deverão “estar claramente definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, convênio ou ajuste celebrado com o ente público competente para estabelecê-las, observada a ampla publicidade desses instrumentos” e “ter o seu custo e receitas discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil, cabendo ao ente estatal assegurar o seu ressarcimento total ou parcial mediante dotações orçamentárias específicas”.	Transformada na Lei Ordinária 13.303/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
11	DEN 1/2016 - ADMISSIBILIDADE DO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF	Processo de Impeachment	Hélio Pereira Bicudo, Cidadão Janaína Conceição Paschoal, Cidadão Miguel Reale Júnior e outros	Sim: 55 Não: 22 Total da Votação: 77 Presidente: 1 Total Quorum: 78	11/05/2016	Impeachment	O plenário aprovou, por 55 votos a 22, o parecer pela admissibilidade do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, que conclui pela instauração do processo de impedimento da chefe do Poder Executivo.	Promulgada na Resolução35/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
12	DEN 1/2016 - PRELIMINARES DO PARECER	Processo de Impeachment	Hélio Pereira Bicudo, Cidadão Janaína Conceição Paschoal, Cidadão Miguel Reale Júnior e	Sim: 59 Não: 21 Total da Votação: 79 Presidente: 1 Total Quorum: 80	09/08/2016	Impeachment	O plenário aprovou, por 59 votos a 21, a votação das preliminares arguidas pela defesa (itens 2.1.3 a 2.1.5 do parecer, destacado), oferecida ao processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff.	Promulgada na Resolução35/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

			outros							
13	DEN 1/2016 - PARECER PELA PROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA	Processo de Impeachment	Hélio Pereira Bicudo, Cidadão Janaína Conceição Paschoal, Cidadão Miguel Reale Júnior e outros	Sim: 59 Não: 21 Total da Votação: 79 Presidente: 1 Total Quorum: 80	09/08/2016	Impeachment	O plenário aprovou, por 59 votos a 21, o Parecer 726-2016, da Comissão Especial constituída para instruir a Denúncia 1, de 2016, por suposto crime de responsabilidade atribuído à Presidente da República, Dilma Rousseff, que conclui pela procedência das acusações.	Promulgada na Resolução 35/2016.	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
14	DEN 1/2016	Processo de Impeachment	Hélio Pereira Bicudo, Cidadão Janaína Conceição Paschoal, Cidadão Miguel Reale Júnior e outros	Sim: 58 Não: 22 Total da Votação: 79 Presidente: 1 Total Quorum: 80	09/08/2016	Impeachment	O plenário aprovou, por 58 votos a 22, a denúncia relativa a Pedaladas Fiscais referente à realização de operações de crédito com instituição financeira controlada pela União ("pedaladas fiscais"), destacada.	Promulgada na Resolução 35/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
15	DEN 1/2016	Processo de Impeachment	Hélio Pereira Bicudo, Cidadão Janaína Conceição Paschoal, Cidadão Miguel Reale Júnior e outros	Sim: 58 Não: 22 Total da Votação: 79 Presidente: 1 Total Quorum: 80	09/08/2016	Impeachment	O plenário aprovou, por 58 votos a 22, a denúncia relativa ao Decreto de 27.07.2015 referente à abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional, por meio de Decreto de 27/07/2015 (Código 14244), no valor de R\$ 29.922.832,00, destacada.	Promulgada na Resolução 35/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

16	DEN 1/2016	Processo de impeachment	Hélio Pereira Bicudo, Cidadão Janaína Conceição Paschoal, Cidadão Miguel Reale Júnior e outros	Sim: 59 Não: 21 Total da Votação: 79 Presidente: 1 Total Quorum: 80	09/08/2016	Impeachment	O plenário aprovou, por 59 votos a 21, a denúncia relativa ao Decreto de 20.08.2015 referente à abertura de crédito suplementar sem autorização do Congresso Nacional, por meio do Decreto de 20/08/2015 (Código 14.250), no valor de R\$ 600.268.845,00, destacada.	Promulgada na Resolução 35/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
17	PEC 55/2016 - INCISO II, ARTIGO 105	Excluir a regra para tribunais	Poder Executivo	Sim: 55 Não: 17 Total da Votação: 72 Presidente: 1 Total Quorum: 73	29/11/2016	Teto de Gastos	O plenário rejeitou, por 55 votos a 17, destaque que pretendia suprimir o inciso II, do art. 105, para excepcionalizar a regra do teto de gasto para o Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Conselho Nacional de Justiça, Justiça do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça Eleitoral e Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário.	Promulgada na Emenda Constitucional 95/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
18	PEC 55/2016 - EMENDA 64	Limites de gastos individualizados	Poder Executivo	Sim: 16 Não: 52 Total da Votação: 68 Presidente: 1 Total Quorum: 69	29/11/2016	Teto de Gastos	O plenário rejeitou, por 52 votos a 16, destaque que pretendia estabelecer limites individualizados para as despesas com juros e encargos da dívida pública da União e para as seguintes despesas primárias.	Promulgada na Emenda Constitucional 95/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
19	PEC 55/2016 - 2º TURNO	Teto dos Gastos Públicos	Poder Executivo	Sim: 53 Não: 16 Total da Votação: 69 Presidente: 1 Total Quorum: 70	13/12/2016	Teto de Gastos	O plenário aprovou, por 53 votos a 16, em 2º turno, a proposta que institui o novo regime fiscal e estabelece um teto de gastos, por 20 anos, dos investimentos públicos. O mecanismo determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).	Promulgada na Emenda Constitucional 95/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
20	PEC 55/2016 - INCISO VII, DO ART. 104	Vedações para o não cumprimento do	Poder Executivo	Sim: 52 Não: 20 Total da Votação: 72	13/12/2016	Teto de Gastos	O plenário rejeitou, por 52 votos a 20, destaque que pretendia suprimir o inciso VIII, do art. 104 ADCT, previsto no art. 1º, que	Promulgada na Emenda Constitucional	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

		teto de gasto		Presidente: 1 Total Quorum: 73			prevê a vedação e, no caso de descumprimento da regra, a adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º da Constituição Federal.	95/2016		
21	PEC 55/2016 - 1º TURNO	Teto dos Gastos Públicos	Poder Executivo	Sim: 61 Não: 14 Total da Votação: 75 Presidente: 1 Total Quorum: 76	13/11/2016	Teto de Gastos	O plenário aprovou, por 61 votos a 14, em 1º turno, a proposta que institui o novo regime fiscal e estabelece um teto de gastos, por 20 anos, dos investimentos públicos. O mecanismo determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).	Promulgada na Emenda Constitucional 95/2016	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
22	MP 767/2017 - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO 8/2017	Regras para auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade	Poder Executivo	Sim: 41 Não: 16 Abstenção: 1 Total da Votação: 58 Presidente: 1 Total Quorum: 59	31/05/2017	Auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade	O plenário aprovou, por 41 votos a 16 e 1 abstenção, o Projeto de Lei de Conversão 8/2017, oriundo da MP 767/2017, que determina que o segurado aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que causaram o afastamento ou a aposentadoria, e estabelece novas carências: de seis meses, para pedido de aposentadoria por invalidez, e de cinco meses, para solicitar o salário-maternidade.	Transformada na Lei Ordinária 13.457/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
23	PLC 38/2017 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	Reforma Trabalhista	Poder Executivo	Sim: 50 Não: 26 Abstenção: 1 Total da Votação: 77 Presidente: 1 Total Quorum: 78	11/07/2017	Reforma Trabalhista	O plenário aprovou, por 50 votos a 26 e 1 abstenção, o PLC 38/2017, que trata da reforma trabalhista, com destaque para os seguintes pontos: 1) flexibilização de direitos trabalhistas previstos legalmente, resguardados apenas os que estão escritos na Constituição Federal; 2) ampliação das possibilidades de terceirização e pejotização (contratação do trabalhador como pessoa jurídica e sem vínculo empregatício); 3) criação de novas formas de contratação, especialmente o autônomo exclusivo e o intermitente; 4) restrições de acesso à Justiça do trabalho; 5) retirada de poderes, atribuições e prerrogativas das entidades sindicais; 6) universalização da negociação	Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

							coletiva sem o limite ou a proteção da lei; e 7) autorização de negociação direta entre patrões e empregados para redução ou supressão de direitos.			
24	PLC 38/2017	Trabalho Intermitente	Poder Executivo	Sim: 28 Não: 45 Total da Votação: 73 Presidente: 1 Total Quorum: 74	11/07/2017	Reforma Trabalhista	O plenário rejeitou, por 45 votos a 28, destaque da Emenda693, que pretendia suprimir da reforma trabalhista a regulamentação do contrato de trabalho intermitente.	Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
25	PLC 38/2017	Gestante ou lactante a trabalhar em local insalubre	Poder Executivo	Sim: 25 Não: 44 Total da Votação: 69 Presidente: 1 Total Quorum: 70	11/07/2017	Reforma Trabalhista	O plenário rejeitou, por 44 votos a 25, destaque da Emenda850, que pretendia excluir da reforma trabalhista o art. 394-A, que autoriza a gestante ou lactante a trabalhar em local insalubre.	Transformado na Lei Ordinária 13.467/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
28	MP 785/2017	Carência para pagamento do financiamento estudantil	Poder Executivo	Sim: 18 Não: 49 Total da Votação: 67 Presidente: 1 Total Quorum: 68	08/11/2017	Reforma do FIES (Financiamento estudantil)	O plenário rejeitou, por 49 votos a 18, destaque da Emenda192, que pretendia suprimir dispositivo do texto prevendo o fim da carência de 18 meses para o estudante começar a pagar o financiamento, após a conclusão da faculdade.	Transformado na Lei Ordinária 13.539/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido

29	MP 795/2017	Isenção de impostos para petroleiras estrangeiras (MP da Shell)	Poder Executivo	Sim: 27 Não: 20 Total da Votação: 47 Presidente: 1 Total Quorum: 48	12/12/2017	Tributação / Empresa Pública	O plenário aprovou, por 27 votos a 20, o Projeto de Lei de Conversão (PLV)36/2017, que criou um regime especial de importação de bens a serem usados na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. No Senado Federal, foi aprovado para limitar a 31 de julho de 2022 a concessão dos benefícios do regime especial de importação de bens a serem usados na exploração, no desenvolvimento e na produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos. O plenário da Câmara analisou a emenda do Senado federal e a rejeitou. Com isto, manteve-se até 31 de dezembro de 2040 a isenção de impostos para petroleiras estrangeiras.	Transformada na Lei Ordinária 13.586/2017	Relação de votantes por UF	Relação de votantes por partido
----	-------------	---	-----------------	---	------------	------------------------------	---	---	--	---



Departamento Intersindical
de Assessoria Parlamentar

